Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

AS INSTITUIÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL DO CONCELHO DE ÁGUEDA

Um estudo de caso

Beatriz Neves Saraiva Fernandes

Dissertação de Mestrado na área científica de Gestão e Economia em Saúde orientada pela Professora Doutora Manuela Frederico Ferreira apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

outubro de 2021

1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

DADOS DA AUTORA

Nome: Beatriz Neves Saraiva Fernandes

Endereço eletrónico: beatriz.saraiva.1995@gmail.com

Título da dissertação: As Instituições da Economia Sociais do Concelho de Águeda: um estudo de caso.

Orientador: Professora Doutora Maria Manuela Frederico Ferreira

Ano de conclusão: 2021

Designação do Mestrado: Mestrado em Gestão e Economia da Saúde

Inspiração

"O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis"

José de Alencar

Agradecimentos

Quero agradecer a minha família, sobretudo aos meus pais e avó, pois devo a eles tudo o que sou hoje, sempre foram o meu pilar e motivação.

Ao meu marido por me transmitir a determinação necessária para procurar o sucesso, a realização pessoal e a felicidade.

À minha companheira de Mestrado, Eva Quinteiro, pelos risos, pela amizade, incentivo e confiança na pessoa que sou, pois ela representa uma força ainda maior.

À minha Orientadora, Professora Manuela Frederico, pelo incentivo, orientação e conhecimento transmitido.

Às minhas colegas de trabalho pela partilha de experiências e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, mas também das risadas que alentam o dia de trabalho.

Por último, quero também agradecer aos professores do Mestrado em Gestão e Economia da Saúde, pelo conhecimento transmitido, sem a vossa ajuda não seria possível empenhar-me neste trabalho.

Siglas

ATL – Atividades de Tempos Livres

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CDSS – Centro Distrital da Segurança Social

CIRIEC – Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa

CMA – Câmara Municipal de Águeda

CNIS – Confederação Nacional das Instituições Sociais

CSES – Conta Satélite da Economia Social

DGSS – Direção Geral da Segurança Social

EAPN – Rede Europeia Anti pobreza

EIPSS – Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ES – Economia Social

ETC – Unidades de trabalho a tempo completo

FBC – Formação Bruta de Capital

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

OES – Organizações da Economia Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

VAB – Valor Acrescido Bruto

WHOQOL – Organização Mundial para a Qualidade de Vida

Resumo

A Economia Social apresenta-se na atualidade como um setor em crescimento nas sociedades mais desenvolvidas, como é o caso da Europa, sendo este setor característico de uma grande diversidade de Instituições no mercado, mas que atravessa algumas dificuldades devido ao facto de não ser previsto na legislação.

Assim, perante estes factos e por forma a enaltecer a Economia Social, surge a necessidade urgente de dar a conhecer as suas potencialidades e contributos, uma vez que assume extrema importância e garante o combate às adversidades e dificuldades atuais das populações.

Por forma a caracterizar a realidade atual das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), apresentadas como instrumentos da Economia Social na prestação de cuidados de saúde e apoio sociofamiliar na comunidade, vistas como um meio de satisfação de necessidades básicas e bem-estar, educação, coesão social e parcerias, criação de emprego e inovação para a melhoria de qualidade de vida das populações, a presente investigação pretende então, realizar um estudo de caso no concelho de Águeda, tendo por base a aplicação de um questionário às 44 instituições sociais da região concelhia.

Por fim, conseguiu-se reconhecer as potencialidades e características relevantes das IPSS perante a comunidade local, bem como, aumentar o conhecimento existente sobre as mesmas, onde se percebeu que as instituições existentes ainda não são suficientes para dar resposta à população, sendo na sua maioria Associações e Centros Sociais e Paroquiais.

As IPSS do concelho apresentam como principais áreas de atuação a Terceira Idade e a Infância, contribuem para a saúde e bem-estar da comunidade, recorrendo essencialmente a financiamentos da Segurança Social. Porém, estas instituições não funcionam de forma isolada, criando protocolos com a Câmara Municipal entre outros parceiros locais. Conclui-se também que o voluntariado surge lado a lado com o emprego, promovendo a empregabilidade local e estabilidade laboral com extrema importância no funcionamento e dinâmica das IPSS concelhias.

Palavras Chave: Economia Social; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Necessidades sociais e Saúde.

Abstract

Social Economy, a complex concept, is currently presented as a sector with a high growth dimension in the most developed societies, as is the case of Europe. However, this sector, characterized by a great diversity of Institutions in the market, is experiencing some difficulties since it is not contemplated in the legislation.

Thus, in view of these facts and with the aim of boosting the Social Economy, it became urgent to understand its potential and contributions, since it assumes extreme importance and guarantees a proper force against current adversities and difficulties of the Portuguese population.

The present study intends to characterize the current reality of Private Institutions of Social Solidarity (IPSS), presented as Social Economy instruments in providing healthcare and socio-family support in the community. It is understood as a means of satisfying basic needs and well-being, education, social cohesion and partnerships, job openings and innovation to improve the quality of life of populations.

For this purpose, a case study was carried out in Águeda, having applied a questionnaire to 44 social institutions in Águeda municipality as a methodology.

Finally, it was possible to recognize the potential and relevant characteristics of the IPSS in the local community, as well as to increase knowledge about them. It was realized that the existing institutions are not sufficient in responding to the needs of the population. The main areas of activity of Águeda IPSS are Senior Citizens and ChilDiário da Repúblican, contributing to local employability and job stability, essentially relying on Social Security funding. However, these institutions do not work in isolation, creating protocols with Parish Councils, among other local partners. It is also concluded that volunteering appears side by side with employment, assuming extreme importance in the functioning of municipal IPSS.

Keywords: Social Economy; Private Social Solidarity Institutions; Social needs and healthcare.

Índice

Resumo VI
Abstract VII
Índice VIII
Introdução 1
1. Problemática e Objetivos 4
2. Estrutura da Dissertação 5
Capítulo Um – Revisão da Literatura 6
1. O Terceiro Setor e a Economia Social na Europa 6
2. A Evolução da Economia Social em Portugal 9
3. Organizações da Economia Social – OES 12
4. As Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS 15
4.1 Estatutos 16
4.2 Constituição 16
4.3 Cooperação do Estado 17
4.4 Equiparação (Casas do povo e Cooperativas de Solidariedade Social) 17
5. As Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal 18
6. O Enquadramento das IPSS nas Respostas Sociais 20
7. Principais recursos: Voluntariado e Financiamento 23
8. As IPSS como um Instrumento da Economia Social perante os desafios sociais 25
Capítulo Dois – Caraterização do Concelho de Águeda 29
1. Dimensão Geográfica e Demográfica do Concelho de Águeda 29
2. Dimensão Económica do Concelho de Águeda 31
3. O Associativismo Aguedense 32
4. As Instituições de Economia Social do Concelho de Águeda 35
Capítulo Três - Metodologia de Investigação 39
1. Objetivo e Questão de Investigação 39
2. Tipo de Estudo 40
3. Procedimentos adotados na seleção e aplicação do Questionário 42
4. Instrumento de Recolha de Dados 43
Capítulo Quatro – Apresentação de Resultados 1
1. Caracterização da Amostra 1
2. Caracterização das IPSS do Concelho de Águeda 2
2.1 Distribuição das IPSS por Freguesia 2

2.2 Natureza Jurídica da Instituição 3
2.3 Fim Estatuário da Instituições 4
2.4 Âmbito dos Serviços prestados 5
2.5 Projetos Futuros das Instituições 7
3. Parcerias Institucionais de âmbito local e regionais 7
4. Recursos Financeiros 9
5. Enquadramento dos Recursos Humanos 10
5.1 Trabalhadores Remunerados 10
5.2 Características dos trabalhadores remunerados 13
5.3 O enquadramento do trabalho voluntário nas IPSS 18
6. A perceção das IPSS do concelho de Águeda face ao emprego 24
Capítulo Cinco – Discussão de Resultados 26
Capítulo Seis - Considerações Finais e Conclusão 30

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição geográfica IPSS em Portugal em 2017 19
Tabela 2 - Respostas Sociais. 21
Tabela 3 - Listagem das Instituições Particulares de Solidariedade Sociais do Concelho de Águeda 36
Tabela 4 – Lista de IPSS respondentes. 1
Tabela 5 - Nº de utentes por atividade. 5
Tabela 6 – Nº de utentes em lista de espera por resposta social 6
Tabela 7 - número de trabalhadores em %. 11
Tabela 8 - Distribuição de trabalhadores por grupo etário. 15

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das unidades segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016) 10
Gráfico 2 - Distribuição das remunerações da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor. 11
Gráfico 3 - Distribuição do emprego remunerado da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor. 11
Gráfico 4 - Importância relativa das IPSS na ES em 2013 e 2016. 18
Gráfico 5 - Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo 2019. 22
Gráfico 6 - Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, 2000 a 2019 23

Gráfico 7 - Tipo de atividades sociais realizadas. 32
Gráfico 8 - Tipo de dificuldades das associações sociais 33
Gráfico 9 - Parceiros Envolvidos na Promoção da Associação. 34
Gráfico 10 - Cargo/função na Instituição. 2
Gráfico 11 - Tempo de permanência na organização..... 2
Gráfico 12 - Freguesia onde se encontram localizadas as Instituições respondentes..... 3
Gráfico 13 - Nº de anos de existência das Instituições respondentes..... 3
Gráfico 14 - Natureza Jurídica das Instituições respondentes. 4
Gráfico 15 - Fim estatuário das Instituições respondentes. 5
Gráfico 16 - Existência de Projetos Futuros das Instituições respondentes. 7
Gráfico 17 - Existência de parcerias Institucionais de âmbito local/distrital. 8
Gráfico 18 - Entidades com as quais as Instituições respondentes mantem parcerias. 8
Gráfico 19 - Fontes de financiamento das Instituições respondentes. 9
Gráfico 20 - Nº de trabalhadores a tempo inteiro das instituições respondentes. 10
Gráfico 21 - Nº de trabalhadores a tempo parcial das Instituições respondentes. 11
Gráfico 22 - Nº de trabalhadores a Contrato sem termo das instituições respondentes. 12
Gráfico 23 - Nº de trabalhadores a contrato a termo das Instituições respondentes..... 12
Gráfico 24 - Outros regimes. 13
Gráfico 25 - Nº de trabalhadores remunerados com menos de 30 anos. 13
Gráfico 26 - Nº de trabalhadores remunerados com idade compreendida entre os 30-44 anos. . 14
Gráfico 27 - Nº de trabalhadores remunerados com idades compreendidas entre os 45-54 anos. 14
Gráfico 28 - Nº de trabalhadores remunerados com idade compreendida entre os 55-64 anos. . 15
Gráfico 29 - Nº de trabalhadores com mais de 60 anos de idade. 15
Gráfico 30 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico. 16
Gráfico 31 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias -1º ciclo do Ensino Básico (4º ano). 16
Gráfico 32 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias -2º ciclo do Ensino Básico (6º ano). 17
Gráfico 33 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias -3º ciclo do ensino básico (9º ano). 17
Gráfico 34 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias – ensino secundário (12º ano) e cursos de escolas Profissionais..... 18
Gráfico 35 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias – ensino superior. 18
Gráfico 36 - nº de colaboradores voluntários integrados das instituições respondentes. 19
Gráfico 37 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes com menos de 30 anos de idade. 19

Gráfico 38 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes compreendidos entre 30-44 anos de idade. 20
Gráfico 39 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes compreendidos entre 45-54 anos de idade. 20
Gráfico 40 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes compreendidos entre 55-65 anos de idade. 21
Gráfico 41 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes com mais de 65 anos de idade. 21
Gráfico 42 - Nº de Horas prestadas por trabalhador voluntário das instituições respondentes.....22
Gráfico 43 - Atividades desenvolvidas pelos trabalhadores voluntários nas instituições respondentes. 22
Gráfico 44 - Importância do trabalho voluntário das instituições respondentes. 23

Introdução

O setor da Economia Social teve origem europeia no século XVIII, devido às condições de pobreza da população, sendo necessário colmatar as falhas do Estado para promover o equilíbrio da Economia.

De acordo com Barea e Monzón (citado por Caeiro 2008, p.64), podemos definir a Economia Social como um "conjunto de empresas e organizações que para além da sua diversificação jurídica e heterogeneidade de funções, está ligado através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus membros e no interesse geral, sendo as cooperativas a sua representação mais genuína".

Sabe-se, também, que este setor não se encontra consagrado na lei portuguesa, pois na Constituição da República Portuguesa, artigo 80º, são apenas mencionados três setores da economia nacional, nomeadamente, setor privado, setor público e setor cooperativo.

No que respeita à vertente social da economia, esta envolve as organizações que, não fazendo parte do Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, sendo público-privadas, não têm como objetivo principal a apropriação individual de lucro, ou seja, abrange uma variedade de organizações da sociedade civil com enquadramentos legais próprios e de naturezas jurídicas distintas, mas que apresentam traços comuns – associações, fundações, cooperativas, mutualidades.

Outra vertente deste estudo prende-se com o conceito de Saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), podemos relacionar este termo com o bem-estar físico de um paciente, mas nem só. Atualmente, define-se "Saúde" como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença.

Em Portugal, as organizações da Economia Social têm assegurado essa função de bem-estar, saúde e coesão social, através do combate a diferentes formas de exclusão social, promovendo a empregabilidade e melhorando as condições de saúde e bem-estar das famílias portuguesas.

Podemos assim, considerar estas organizações como elementos significativos na estrutura de governação dos sistemas económicos e sociais devido às suas funções

crescentes no fornecimento/aquisição de bens e serviços e na criação de emprego à população.

Deste modo, o crescente aumento das potencialidades deste tipo de organizações sociais não é só consequência da necessidade de colmatar lacunas da própria sociedade civil, aos quais o Estado não consegue erradicar e que o Mercado não vê interesse em suprimir, mas também devido à preocupação e necessidade em responder aos novos desafios sociais e de saúde que os avanços da sociedade vão expondo, como título de exemplificação, o envelhecimento populacional acelerado com o aparecimento de mais as doenças crónicas e a emancipação afincada da mulher no mundo profissional.

Existe então a necessidade urgente de enaltecer as potencialidades da Economia Social que permitem a criação de valor, como saúde, suporte sociofamiliar e emprego, através das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que visam dar apoio às populações locais, privilegiando a aproximação, o bem-estar e inclusão das pessoas e famílias.

Em Portugal, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são reguladas pelo *Decreto-lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro*, estas apresentam uma finalidade não lucrativa, constituindo-se por iniciativa de particulares com o propósito de dar expressão à solidariedade e justiça entre os indivíduos, com o intuito da prestação de serviços que vão do apoio a crianças e jovens, à família, à integração social e comunitária, à proteção da saúde, educação e formação profissional dos cidadãos e à resolução de problemas habitacionais dos cidadãos. De acordo com os dados da (CSES) Conta Satélite da Economia Social em 2016 existiam cerca de 71 885 organizações de cariz social no mercado português.

Atualmente, o grande desafio das IPSS da atualidade está em conseguir responder às expectativas sociais, onde os apoios e receitas financeiras não suprimem as necessidades de sobrevivência deste tipo de instituições. Admitindo que as condições económicas do futuro tendem a agravar-se, o destino destas instituições poderá seguir essa tendência.

Assente nesta motivação, na escassez de estudos empíricos relacionados com esta temática, e face às problemáticas apresentadas, considerou-se de extrema importância objetivar este estudo, no âmbito do mestrado de Gestão e Economia em Saúde, orientado

pela Professora Doutora Manuela Frederico, intitulando a Dissertação “As Instituições da Economia Social do Concelho de Águeda: um estudo de caso”.

1. Problemática e Objetivos

Perante a informação introdutória apresentada, o presente estudo pretende analisar um conjunto de IPSS de um determinado concelho e assim compreender a sua natureza jurídica, fim estatutário, fontes de financiamento, relações interinstitucionais, atividades desenvolvidas e os recursos humanos com enfoque no voluntariado, construindo assim uma visão mais real das mesmas.

Para tal, e tendo em conta o objetivo do estudo, a recolha de informação será feita através de um questionário às demais IPSS, por forma a obter dados estatísticos que contribuíssem para o desenvolvimento da dissertação, indo ao encontro da realidade das Instituições Sociais do concelho de Águeda. Esta motivação assenta na ausência de estudos empíricos referentes a esta temática neste concelho, uma vez que o único documento que as caracteriza reporta a abril de 2009, nomeadamente, o Plano Diretor Municipal.

Após a pesquisa exploratória de literatura realizada previamente, formulou-se a seguinte questão orientadora para o desenvolvimento do trabalho:

"Qual a realidade apresentada pelas IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social - do concelho de Águeda?".

Consequencialmente à formulação da questão de partida, estruturaram-se os seguintes objetivos gerais pelo qual se pretende desenvolver esta temática:

(i) Contribuir para um melhor reconhecimento das potencialidades e características das IPSS, em particular no concelho de Águeda;

(ii) Contribuir para o aumento do conhecimento sobre a realidade das Instituições Sociais no domínio da Economia Social;

Neste sentido, decide-se que o método de pesquisa e avaliação mais adequado para este tipo de investigação seria um estudo de caso, onde toda a análise apresentada, assim como a discussão dos resultados, terá por base a realidade das IPSS do concelho de Águeda e o seu papel na Economia Social do concelho

2. Estrutura da Dissertação

A Dissertação está organizada e composta por vários capítulos, para uma melhor compreensão dos temas abordados.

Primeiramente, no Capítulo 1, são apresentadas todas as bases teóricas necessárias para a exploração do estudo apresentado, desde as raízes da Economia Social e a sua Evolução na Europa e em Portugal, o tipo de Organizações que compõem o Terceiro Setor, até as características de uma IPSS, através de um enquadramento, seguido de uma descrição da sua evolução.

Seguidamente, o Capítulo 2 faz uma caraterização do concelho de Águeda ao nível geográfico, demográfico e económico do concelho e, consecutivamente, procede-se à identificação das Instituições da Economia Social do Concelho.

Passando ao Capítulo 3, onde são descritos os objetivos e questões do estudo, a elaboração de uma descrição da metodologia de investigação utilizada para a realização do trabalho empírico, através da referência ao tipo de estudo e instrumento de recolha de dados utilizados, seguindo da sua descrição e os procedimentos adotados para a aplicação do questionário, para posterior análise dos resultados no capítulo seguinte.

Já no Capítulo 4, são revelados os resultados recolhidos através do questionário, para consecutivamente, no Capítulo 5 ser apresentada a respetiva discussão dos mesmos, realizando comparação com as considerações teóricas dos autores referidos nos capítulos anteriores.

Por fim, no Capítulo 6 são apresentadas as considerações finais e as principais conclusões que o estudo permitirá apurar.

Capítulo Um – Revisão da Literatura

A revisão da literatura no âmbito da Economia Social, e particularmente sobre as IPSS, é fundamental para que se compreenda todo o desenvolvimento desta dissertação, centrada no papel crucial que as IPSS têm na Economia Social. Neste capítulo, procede-se a uma breve abordagem à evolução da Economia Social na Europa e em Portugal, apoiando a reflexão nas referências teóricas consideradas mais pertinentes sobre a temática, referindo também a importância e características das Organizações Sociais que podemos encontrar dentro da Economia Social.

1. O Terceiro Setor e a Economia Social na Europa

A área da Economia Social (ES) é bastante recente, envolvendo saberes das Ciências Sociais da Economia, Direito, Sociologia, Gestão, entre outros.

Como já referido anteriormente podemos definir a Economia Social como um "conjunto de empresas e organizações que para além da sua diversificação jurídica e heterogeneidade de funções, está ligado através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus membros e no interesse geral, sendo as cooperativas a sua representação mais genuína".

Derivada da terminologia francesa, remonta às práticas de solidariedade interclassistas, como reação às transformações económicas e sociais que a revolução industrial provocou, originando formas de organizações, associações, cooperativas e mutualidades (Caeiro, 2008).

Segundo Barea e Monzón (citados por Caeiro, 2008), assume-se que o conceito da Economia Social ainda permanece em definição e com dificuldade em distinção relativamente a outros conceitos relacionados com as atividades ligadas à intervenção social, nomeadamente, o chamado Terceiro Setor. São inúmeros os autores que usam estes conceitos, embora de forma distintas, mas com alguma ambiguidade.

A Economia Social surge então em 1830 (Caeiro, 2008), aquando da Revolução Francesa, no meio das ideias liberalistas, da fraternidade e igualdade, como reação às transformações económicas e sociais da Revolução Industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos do século XIX, originado assim os movimentos

associativos que iriam originar as primeiras organizações como as associações, as cooperativas e as mutualidades. No mesmo ano, Charles Dunoyer publica em Paris um tratado de Economia Social, surgindo na mesma década na Universidade de Lovaina um curso com a designação de Economia Social.

Com a Grande Depressão Mundial e o New Deal nos Estados Unidos da América em 1929, criaram-se as condições determinantes na mudança das mentalidades e preocupações sociais, onde J.M.Keynes impôs a sua teoria "do juro, do emprego e da moeda", juntamente com Lorde Beveridge originaram o Estado Providência, que viria a marcar os anos seguintes (Caeiro, 2008).

É então com o enfraquecimento do Estado Providência nem 1975, que se assiste ao desenvolvimento de apoios financeiros à Economia Social às suas organizações, associado a um aumento do emprego e desenvolvimento das associações locais e das cooperativas, com a tentativa de promoção da inclusão social, quer pelo emprego quer pela constituição de associações do âmbito social (Caeiro, 2008).

A existência de uma pujança associada a iniciativas locais no âmbito dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo e empresas em processo de falência transferidas para as mãos dos trabalhadores implantou a Economia Social (Gaiger, 2009). A carga da Economia Social no desenvolvimento económico e social permitiu a sua entrada nos círculos políticos e jurídicos europeus (Vieira, et al, 2017).

Para Campos (2005) a Economia Social refere-se "(…) às organizações que atuam não por razões de lucro económico, mas para servir as pessoas. A Economia Social é assim uma outra forma de empreender, marcando uma diferença clara, entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas".

Campos defende ainda que a missão da Economia Social se relaciona com a produção de bens e serviços, a promoção da cidadania e o interesse pela comunidade, três dimensões fundamentais no âmbito do social (2005).

A Carta Portuguesa de Economia Social, aprovada no Congresso Nacional das Mutualidades em 1988, define Economia Social como uma "forma de produção e distribuição de bens e serviços promovidas pelas unidades de produção e outras estruturas associativas, cooperativas e mutualistas que, sem fins lucrativos e sem dependência a interesses individuais, visam a satisfação das necessidades da coletividade".

Já, perante o "Dictionnaire de l`Autre Economie" (Laville e Cottani, 2003) defende-se que atualmente a Economia Social assume duas dimensões, ao qual a combinação das duas resulta a definição mais adequada. Assim, uma primeira vertente do conceito relaciona-se com a identificação das principais formas jurídicas e institucionais nas quais são registadas as demais iniciativas de Economia Social e que correspondem às Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações. Relativamente, a outra vertente do conceito, caracterizar a Economia Social consiste em realçar os traços comuns das iniciativas que a compõem, tendo estas como finalidade o serviço aos membros ou à coletividade, a autonomia de gestão, o controlo democrático pelos membros, a primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na repartição dos excedentes.

Por fim, os investigadores Franceses da Economia Social, no relatório da CIRIEC (2017) consideram as organizações da Economia Social como um "Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles, ou, em qualquer caso, são realizadas através de processos decisórios democráticos e participativos. A Economia Social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de «não mercado» a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam."(CIRIEC, 2017).

2. A Evolução da Economia Social em Portugal

Portugal, pertencente à União Europeia, visualizava no mercado uma oportunidade de se financiar em condições favoráveis. Contudo, a conjuntura financeira da época veio enaltecer as fragilidades que a economia portuguesa se encontrava a atravessar, devido à mudança das condições no financiamento, fazendo com que as condições de acesso dos portugueses aos mercados internacionais se deteriorassem de forma acentuada, originando preocupações para as organizações europeias (Barbedo & Bandeira, 2014).

Assim, a crise que decorria originou um impacto negativo ao nível financeiro, económico, político e social. Pelo que, o contexto vivido fez acentuar a situação da sociedade portuguesa, o que levou a desencadear a pobreza, o aumento do desemprego, a redução de salários, refletindo-se estas agravantes no ritmo de crescimento económico, nas transferências sociais e na extensão e na qualidade dos serviços públicos (Barbedo & Bandeira, 2014).

Segundo Franco (2005), o Terceiro Setor em Portugal surge entre os séculos XII e XV, com as confrarias, as corporações de mestres, os hospitais de meninos, entre outros, num contexto onde a Economia Social começava a ganhar maior importância e onde as organizações eram regidas fora das leis de mercado e da tutela dos poderes públicos (Franco, Sokolowski, Hairel, & Salamon, 2005).

Com a Revolução Industrial, no século XIX, erguem-se as necessidades de novas organizações, tais como, as Associações de Socorros Mútuos, as Uniões, as Associações Humanitárias, as Associações empresariais e os Círculos Católicos Operários.

É então a partir do século XX, que se originam uma panóplia de conceitos, envoltos em diferentes correntes teóricas e ideológicas, que levaram ao desenvolvimento do Terceiro Setor. Este, acompanhado por novas conceções ligadas ao desenvolvimento social e pessoal dos indivíduos e comunidades, o chamado "*empowerment*", na identificação e na inventariação de respostas aos velhos e novos desafios das sociedades. Tudo isto, acompanhado pela sustentabilidade econômica, autogestão e democraticidade, inerentes a essas respostas transmitidas às sociedades, que levaram a uma multiplicação e variedade de conceitos que, apesar de apresentarem dimensões próximas e comuns, não se sobrepunham (Soares, Fialho, Chau, Gageiro, & Pestana, 2011).

Segundo dados da Conta Satélite da Economia Social (CSES), recolhidos num estudo elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no âmbito do Protocolo de cooperação assinado entre o INE e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), apurou-se que em Portugal o setor da Economia Social é composto por uma diversidade, tanto quantitativa como qualitativa, de atividades desenvolvidas.

No ano de 2010, a Economia Social Portuguesa era constituída por 55.383 unidades, onde cerca de 50% das organizações deste setor realizavam a sua atividade na área da cultura, desporto e recreio. Já os cultos e congregações e a ação social também apresentavam um peso bastante significativo no âmbito das organizações da Economia Social, 15,8% e 14%, respetivamente.

Dados mais recentes da Conta Satélite da Economia Social (CSES, 2019), apontam um aumento no ano de 2016, pelo que existiam cerca de 71 885 organizações de cariz social no mercado português, das quais a cultura, comunicação e atividades de recreio concentravam-se em 46,9% das unidades da ES, as entidades da religião e dos serviços sociais apresentavam no conjunto de entidades da ES, respetivamente, 11,9% e 9,7% do total de unidades (Gráfico 1).

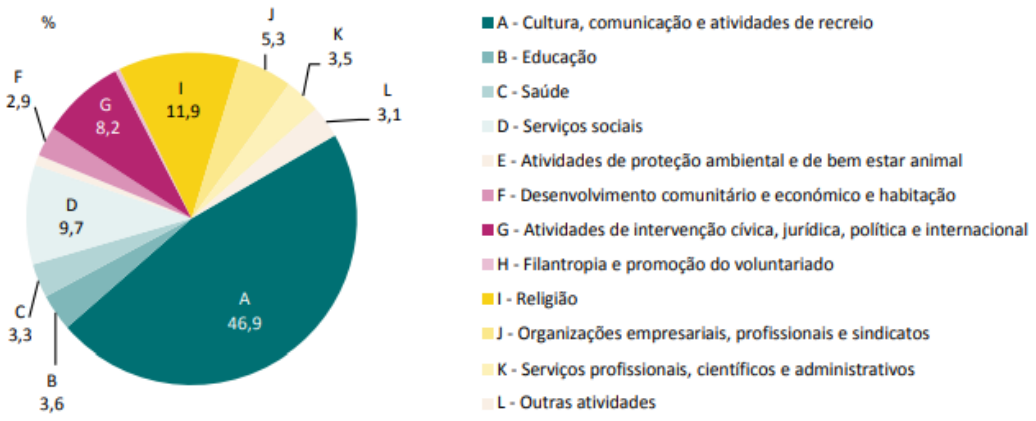


Gráfico 1 - Distribuição das unidades segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2016)
Fonte: CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

No mesmo ano os serviços sociais representaram 26,3% do total de remunerações da ES, sendo imediatamente seguidos pela saúde (25,0%) e pela educação (15,2%) (Gráfico 2).

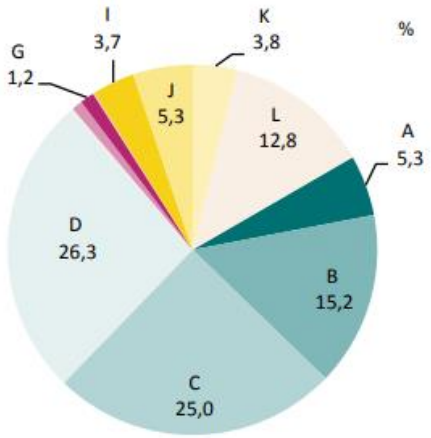


Gráfico 2 - Distribuição das remunerações da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor.
Fonte: CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

No emprego remunerado (ETC) a ES concentrou-se maioritariamente na saúde (32,1%), seguindo-se os serviços sociais (29,8%) e a educação (12,7%) (Gráfico 3) (CSES, 2019, p.7-8).

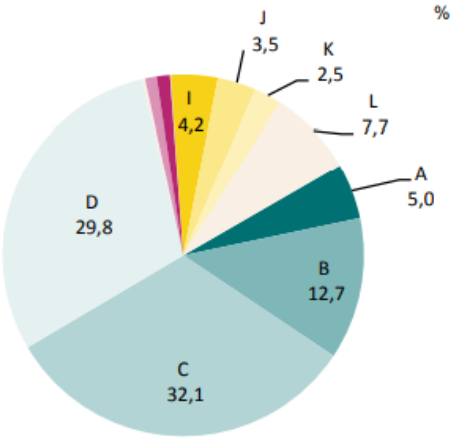


Gráfico 3 - Distribuição do emprego remunerado da Economia Social, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor.
Fonte: CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

Relativamente à produção nacional a ES representou 2,7% e 3,0% do VAB nacional no referido ano. Já a necessidade líquida de financiamento da ES agravou-se, passando de 412,0 milhões de euros (0,2% do PIB), em 2013, para 598,4 milhões de euros, em 2016

(0,3% do PIB). Comparativamente, nesse período, a economia nacional registou uma redução da capacidade líquida de financiamento de 3 945,6 milhões de euros em 2013 para 1 951,6 milhões de euros em 2016 (CSES, 2019).

Deste modo, a ES tem vindo nas últimas décadas a afirmar a sua capacidade de colaborar de uma forma eficaz para a resolução dos novos problemas sociais, reforçando a sua posição como indispensável para o desenvolvimento económico sustentável e estável, adequando os serviços às necessidades, valorizando as atividades económicas ao serviço das necessidades sociais e fortalecendo a democracia económica (CIRIEC, 2007). Seguidamente iremos evidenciar as características e as vários tipos de natureza jurídica das Organizações da Economia Social (OES).

3. Organizações da Economia Social – OES

Perante o Comité Económico e Social Europeu, no relatório "A Economia Social na União Europeia", as Organizações da Economia Social devem apresentar sete caraterísticas, tais como serem (CIRIEC, 2007):

1) Privadas: institucionalmente separadas do setor público, pois apesar de receberem apoio financeiro do Estado não fazem parte, nem são controladas pelo mesmo;
2) Organizadas formalmente: com personalidade jurídica;
3) Autonomia de decisão: com poder para eleger e destituir os seus órgãos dirigentes e para controlar e organizar todas as suas atividades;
4) Liberdade de filiação: Estas organizações são caraterizadas por uma posição significativa de recursos humanos em regime de voluntariado;
5) Distribuição de eventuais lucros entre os usuários: em função da sua atividade ou participação no seio da organização;
6) Realização de um trabalho económico: com o objetivo de satisfazer as carências dos seus associados, nomeadamente, pessoas individuais ou famílias. Consideradas como organizações de pessoas e não de capital.
7) São organizações democráticas: as organizações da Economia Social aplicam o princípio de "uma pessoa, um voto".

Apresentando as características mencionadas, as Organizações assumem um papel relevante no desenvolvimento da Economia Social. Conforme o *Decreto Lei nº58/ 2013,*

artigo n.º 4 da Lei n.º 30/2013, existem vários tipos de natureza Jurídica das Organizações sociais presentes em Portugal (Diário da República, 2013), tais como:

I. Cooperativas de Solidariedade Social

As cooperativas na sua constituição e funcionamento são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, obedecem aos seguintes princípios cooperativos: adesão voluntária e livre, administração democrática pelos associados, participação económica dos membros, autonomia e independência, intercooperação, educação e informação e interesse pela sociedade. Estas visam, sem fins lucrativos, satisfazer as necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais dos sócios (Diário da República, 1996).

II. Associações Mutualistas

As mutualistas encontram-se reguladas pelo Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 72/90*, definindo a sua natureza como sendo instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de associados, capital indefinido e duração indeterminada, no qual o objetivo primordial é o auxílio recíproco dos seus associados e familiares (Diário da República, 1990).

III. Misericórdias

As irmandades da misericórdia ou as Santas Casas da misericórdia são associações constituídas de acordo com o direito canónico, com o objetivo primordial de satisfazer necessidades sociais e de efetuar atos de culto católico (Diário da República, 1991).

IV. Fundações de Solidariedade Social

Uma fundação é uma pessoa coletiva, sem fins lucrativos, atribuída de um patrimônio razoável e irrevogavelmente destinado à prossecução de um fim de interesse social. São considerados como fins de interesse social aqueles que se traduzem num benefício para a sociedade e não em favor do seu fundador ou pessoas das suas relações.

V. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

As IPSS estão reguladas pelo Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 119/83*. Este define-as como sendo fundadas por iniciativa de particulares, sem qualquer finalidade lucrativa, uma administração própria e com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos(Diário da República, 1983).

VI. Associações e outras Organizações da Economia Social

As associações são pessoas coletivas sem fins lucrativos, cujos associados se agrupam em torno de objetivos e necessidades comuns. Neste conjunto são consideradas todas as organizações que não são contempladas nos grupos anteriores: as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; as instituições abrangidas pelo subsetor comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social e outras entidades dotadas de caráter jurídico, que respeitem os princípios da Economia Social (Diário da República, 2013) (Ministério da Saúde, 2003).

Segundo Almeida (2011), as associações representavam grande parte da Economia Social com 52.086 entidades, assumindo 94% do número total de entidades e 54,1% do Valor Acrescido Bruto (VAB) da Economia Social.

No ano de 2010, os recursos destas organizações atingiram 7.731,6 milhões de euros, originários fundamentalmente da produção 59,8% e das transferências e subsídios 34,7%. As despesas totalizaram 8.499,5 milhões de euros, das quais as transferências sociais representaram cerca de um terço, as remunerações 29,2%, o consumo intermédio 27,3% e a FBC perto de 10%. Assim, as Associações e outras OES apresentaram neste ano uma necessidade líquida de financiamento de 767,9 milhões de euros (Almeida, 2011).

As organizações de Economia Social, tendo como propósito a solidariedade social nos domínios da saúde, da educação, da habitação, e de outros em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta na generosidade e capacidade de intervenção próprias do voluntariado organizado, podem obter por parte da Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS) o estatuto de IPSS – Instituição Particular de

Solidariedade Social. No ponto seguinte será feita a descrição das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), bem como as suas formas jurídicas.

4. As Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS

O presente ponto pretende expor o enquadramento das IPSS, visto estas organizações serem o alvo de estudo, começando por se analisar a estrutura legislativa que regula a atividade das IPSS, e posteriormente, fazemos referências aos sus objetivos sociais, seguidamente referindo as suas dificuldades perante os desafios do cumprimento dos objetivos sociais, bem como, as suas contribuições. Como consequência do aumento da mulher no mercado de trabalho, do envelhecimento acelerado da população, da alteração da estrutura do familiar e de uma propensão para uma maior urbanização da população, houve uma alteração nas políticas e estruturas sociais de apoio à população, nomeadamente, no que se refere às crianças e aos idosos, promovendo este tipo de instituições um número crescente.

Perante o artigo 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro*, "são instituições particulares de solidariedade social (IPSS) as constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, mediante a concessão de bens e da prestação de serviços, nomeadamente: apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações. Para além das atividades referidas, as instituições podem ainda prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos que com aqueles sejam compatíveis", (Diário da República, 1983).

Para Caeiro (2008), em conjugação com o artigo 2.º do EIPSS, as IPSS têm a possibilidade de natureza associativa ou de natureza fundacional e podem revestir as seguintes formas jurídicas(Diário da República, 1983):

1) Associações de Solidariedade Social;
2) Associações de Voluntários de Ação Social;
3) Associações de Socorros Mútuos ou Associações Mutualistas (Mutualidades);
4) Irmandades da Misericórdia (ou Santas Casas da Misericórdia);
5) Fundações de Solidariedade Social.

Podem ainda agrupar-se em Uniões, Federações e Confederações. Perante o artigo 3º do EIPSS, as IPSS deliberam livremente as suas áreas de atividade, de acordo com a legislação aplicável e prosseguem autonomamente a sua ação e organização interna (artigo 2º, ponto 2, do EIPSS) (Diário da República, 1983).

4.1 Estatutos

No que concerne aos estatutos, segundo o *Decreto-Lei nº119/83 artigo 10º*, as IPSS regem-se por estatutos livremente elaborados, com respeito pelas disposições da legislação aplicável. Nos estatutos devem constar obrigatoriamente: a denominação, que não pode confundir-se com denominação de instituições já existentes; a sede e âmbito de ação; os fins e atividades da instituição; a denominação, a composição e a competência dos corpos gerentes; a forma de designar os respetivos membros e o regime financeiro (Diário da República, 1983).

Para a formulação dos estatutos, os Centros Distritais de Segurança Social (CDSS) disponibilizam "modelos" de estatutos, elaborados em conjunto com as Uniões representativas das instituições, que constituem instrumentos de apoio para adequação dos Estatutos ao Estatuto das IPSS.

4.2 Constituição

De acordo com o Instituto da Segurança Social (I.S.S.), "relativamente ao modo de constituição, as IPSS constituem personalidade jurídica no ato de constituição, do qual deve constar a escritura pública onde deverá estar explícito: as quotas, donativos ou serviços com que os associados concorrem para o património social; a denominação, fim e sede da pessoa coletiva; a sua forma de funcionamento; a duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado, resultando daí, por parte do Estado, a atribuição de benefícios (isenções fiscais, apoios financeiros) e encargos (prestação de

contas, obrigação de cooperação com a Administração Pública).”(Autoridade Tributaria e Aduaneira, 2015).

As IPSS podem requerer o seu registo junto dos serviços competentes para a respetiva tutela, passando a ser consideradas como pessoas coletivas de utilidade pública, cuja competência para o registo é da responsabilidade da Direção-Geral da Segurança Social. Através da obtenção do registo legal as IPSS podem:

1) Comprovar a natureza e os fins das instituições;
2) Comprovar os factos jurídicos respeitantes às instituições especificados no
3) Regulamento de Registo;
4) Reconhecer a utilidade pública das instituições;
5) Facultar o acesso às formas de apoio e cooperação previstas na lei.

Depois de registadas, as IPSS conquistam o estatuto de pessoas coletivas de utilidade pública, obtendo posteriormente por parte do Estado a atribuição de benefícios, como isenções fiscais, apoios financeiros, e encargos como prestação de contas, obrigação de cooperação com a Administração Pública, referidos no artigo 8.º do EIPSS (Diário da República, 1983).

4.3 Cooperação do Estado

Mediante apresentação das necessidades locais e para levar em frente os objetivos da Segurança Social, o Instituto da Segurança Social, pode celebrar com as IPSS acordos de cooperação, artigo 4.º do EIPSS, através dos quais garantem a concessão direta de prestações em equipamentos e serviços à população, ou acordos de gestão através dos quais transferem a gestão de serviços e equipamentos pertencentes ao Estado.

Os referidos acordos apontam ainda que “além dos apoios financeiros previstos nestes acordos, que concorrem para o funcionamento de estabelecimentos de equipamento social, são-lhe ainda concedidos apoio técnico específico e outros apoios financeiros destinados a investimentos na criação ou remodelação dos estabelecimentos, através de vários programas e medidas”(Diário da Républica, 1983).

4.4 Equiparação (Casas do povo e Cooperativas de Solidariedade Social)

No que concerne às Casas do Povo e às Cooperativas de Solidariedade Social, que prosseguem com os objetivos previstos no artigo 1º do EIPSS, aprovado pelo *Decreto-lei*

n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, são equiparadas a estas instituições perante reconhecimento expresso de que se guiam por os objetivos previstos no artigo, aplicando-lhes o mesmo estatuto de direitos, deveres e benefícios, designadamente fiscais.

Para o reconhecimento, o mesmo é concedido mediante aprovação do despacho do Diretor-Geral da Segurança Social, que deferiu o requerimento a partir da data da apresentação do requerimento que seja deferido.

5. As Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal

No ano de 2016 os resultados da Conta Satélite da ES, apresentavam um universo de mais de 5622 mil organizações de Economia Social que detinham o estatuto de IPSS, sendo as associações sem fim lucrativo a forma jurídica com mais peso efetivo no mercado (7,8%), observando-se um acréscimo de 0,7% face a 2013, seguindo-se as Misericórdias (6,9%), as Fundações (4,6%), as Cooperativas (2,8%) e as Mutualidades (1,7%) (Carvalho & Viriato, 2010) (CSES, 2019).

Em 2016, as IPSS reforçaram a sua importância relativa na ES, representando 38,8% da produção, 44,2% do VAB, 51,5% das remunerações, 31,2% dos outros subsídios à produção e 63,1% do emprego remunerado (ETC) da ES, como se pode verificar no gráfico abaixo (Gráfico 4).

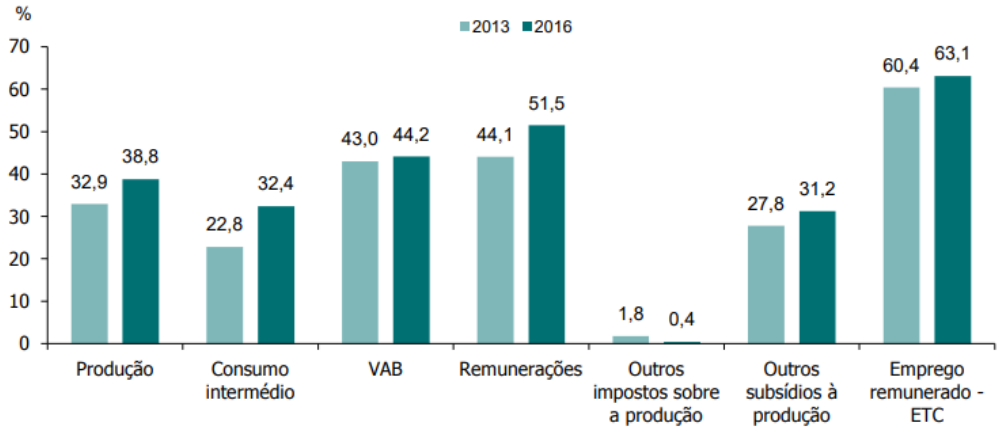


Gráfico 4 - Importância relativa das IPSS na ES em 2013 e 2016.
Fonte: CSES, Instituto Nacional de Estatística, 2019

De acordo com a Confederação Nacional das Instituições Sociais (CNIS), (CNIS, 2018), existem 5647 IPSS registadas em Portugal.

Tabela 1 - Distribuição geográfica IPSS em Portugal em 2017

Distrito	IPSS por distrito	%
Aveiro	354	6,3%
Beja	101	1,7%
Braga	462	8,1%
Bragança	124	2,2%
Castelo Branco	165	2,9%
Coimbra	296	5,2%
Évora	176	3,1%
Faro	177	3,1%
Guarda	338	6,0%
Leiria	225	4,0%
Lisboa	1020	18,06%
Portalegre	125	2,2%
Porto	631	11,2%
Santarém	277	5,0%
Setúbal	254	4,5%
Viana do Castelo	153	2,7%
Vila Real	152	2,7%
Viseu	282	5,0%
Açores	279	4,9%
Madeira	56	0,1%
Total	**5647**	**100%**

Fonte: Importância económica e social das IPSS em Portugal, CNIS, 2017.

Através da Tabela 1 podemos verificar que a concentração da maioria das IPSS está nas principais zonas urbanas, como nos distritos de Lisboa, Porto e Braga. Verifica-se que no distrito de Aveiro, onde está localizado o concelho que se constituiu como nosso objeto de estudo, concelho de Águeda, existem 354 instituições, representando 6,3% do total das IPSS em Portugal, valor que se situa próximo do peso médio dos demais concelhos que não os três grandes acima indicados (Lisboa, Porto e Braga).

6. O Enquadramento das IPSS nas Respostas Sociais

Atualmente em Portugal, as organizações da Economia Social asseguram a oferta de serviços sociais. Contudo, a ES tem tido inúmeros desafios e importantes devido às mudanças económicas e sociais que foram decorrendo nas últimas décadas e que vêm alterando a forma de as sociedades se organizarem.

Entrando agora na espera da qualidade de vida, considerando um tema ambíguo e muito subjetivo uma vez que a forma de a percecionar varia entre indivíduos e faixas etárias, pois à medida que se desenrola o processo de envelhecimento, as necessidades alteraram-se e a importância de cada necessidade também se altera.

O grupo WHOQOL (1995) (The World Health Organization Quality of Life) definiu qualidade de vida como "a perceção do indivíduo da sua posição na vida, no contexto da sua cultura e no sistema de valores em que vive e a relação entre as suas expectativas, os seus padrões e as suas precauções"(The WHOQOL Group, 1995).

Já as IPSS concretizam-se os objetivos perante a prestação de serviços e iniciativas de promoção de bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente, nos seguintes domínios: Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo; Apoio à família; Apoio às pessoas idosas; Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade; Apoio à integração social e comunitária; Proteção social dos cidadãos nas eventualidades de doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa; Educação e formação profissional dos cidadãos; Resolução dos problemas habitacionais das populações; Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Compreende-se então que as instituições têm como principal função a prestação de serviços e cuidados de excelência de forma personalizada, promovendo o bem-estar físico, mental e social dos seus utentes de forma ativa, através de apoio à população ao nível da alimentação, saúde, alojamento, mas também no combate à exclusão social, garantir aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade adequados à satisfação das necessidades e expectativas. Assim, de acordo com a OMS, o bem-estar não está somente

relacionado com os bens materiais, como também está naquilo que proporciona a felicidade e a harmonia aos indivíduos e à sociedade.

De acordo com o *Decreto-Lei n.º 64/2007 artigo 4.º* e o Relatório da Carta Social de 2019, surgem as respostas sociais que atuam de acordo com o público-alvo, nomeadamente(Diário da República, 2007) (Carta Social, 2019):

Tabela 2 - Respostas Sociais.

Respostas Sociais	
População Alvo	**Resposta social**
Crianças e Jovens	Ama
	Creche
	Educação Pré-escolar
	Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)
	Centro de Acolhimento Temporário (CAT)
	Lar de Infância e Juventude (LIJ)
	Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)
	Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens
Pessoas adultas com deficiência ou Incapacidade	Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)
	Lar Residencial
	Residência Autónoma
	Serviço Apoio Domiciliário Pessoas c/ Deficiência
	Apoio Regime Ambulatório
	Intervenção Precoce
	Lar de Apoio
	Centro de Atendimento/acompanhamento e animação para pessoas c/ deficiência e Incapacidade
	Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência ou Incapacidade
Pessoas Idosas	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
	Centro do Dia
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Centro de Convívio
	Centro de Noite
	Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas
Família e Comunidade	Centro de Alojamento Temporário (CAT)
	Comunidade de Inserção
	Casa de Abrigo
	Refeitório/ Cantina Social
	Atendimento/Acompanhamento Social
Pessoas Toxicodependentes	Equipa de intervenção direta
	Apartamento de reinserção social
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

	Serviço de Apoio Domiciliário
	Residência para Pessoas infetadas com o VIH/SIDA
Pessoas com doenças do foro mental	Fórum Sócio ocupacional
	Unidade de Vida Autónoma
	Unidade de Vida Apoiada
	Unidade de Vida Protegida
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Unidades de Cuidados Continuados de Convalescença (UC)
	Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UMDR)
	Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (ULDM)
	Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)

Fonte: Carta Social, 2019

Através do Relatório da Carta Social de "Redes de Serviços e Equipamentos" de 2019, podemos verificar (Gráfico 5) que as respostas sociais dirigidas ao grupo das crianças e jovens atingiam 48,50% do total, sendo superior às que se destinam ao grupo das pessoas idosas e/ou em situação de Dependência (42,25 %)populações-alvo que em conjunto concentram mais de 91% das respostas que compõem a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (Carta Social, 2019).

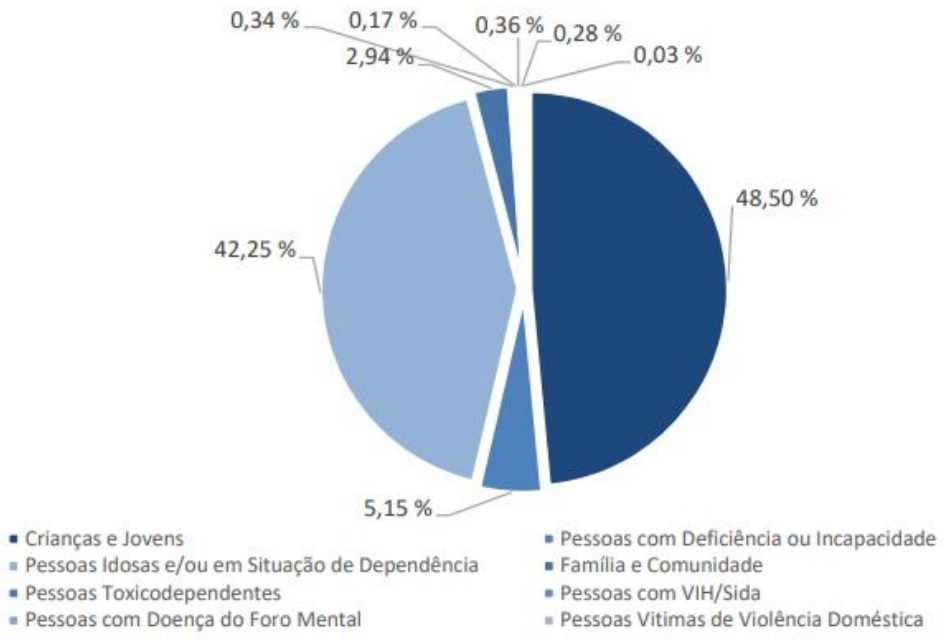


Gráfico 5 - Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo 2019.
Fonte: GEP-MTSS, Carta Social 2019

Ainda de acordo com dados da Carta Social em 2019, verificou-se um aumento de 99% no número de entidades com respostas sociais, desde 2000, particularmente evidente nas respostas que visam o apoio a crianças e jovens, pessoas com deficiência e a pessoas idosas (Gráfico 6 - Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, 2000 a 2019 (Carta Social, 2019).

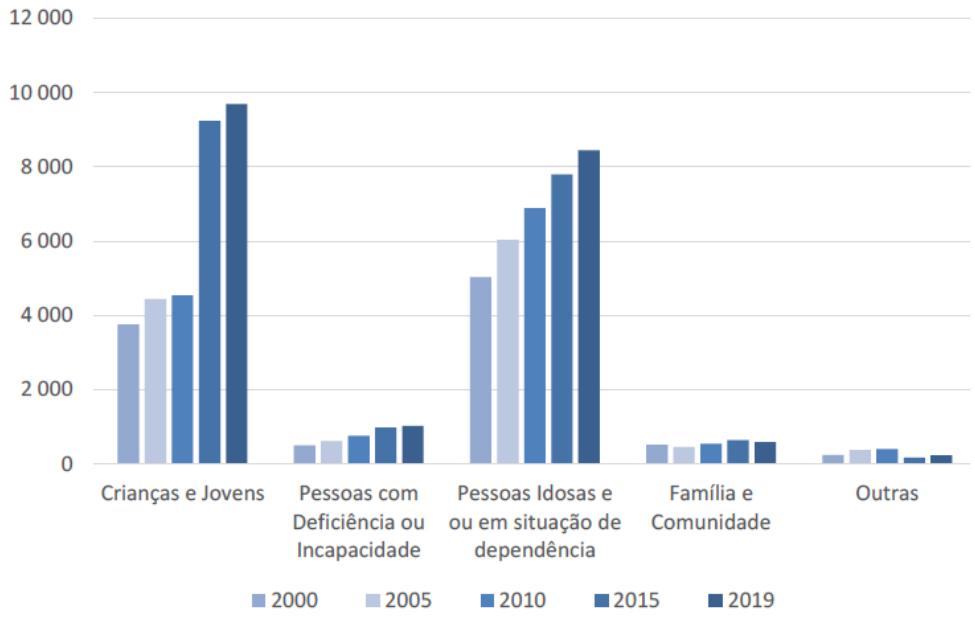


Gráfico 6 - Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, 2000 a 2019
Fonte: GEP-MTSS, Carta Social 2019

As respostas destinadas às crianças e jovens representavam, em 2019, 49 % do universo de respostas, enquanto 42 % diziam respeito a respostas dirigidas às pessoas idosas ou em situação de dependência, representando 91% do universo. As respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, embora em 2019 representassem 5 % do total, constituíam o grupo de respostas que maior crescimento (106 %) apresentou entre 2000 e 2019. (Carta Social, 2019). No ponto seguinte, serão abordados os principais recursos deste tipo de instituições sociais.

7. Principais recursos: Voluntariado e Financiamento

Como condição base, sabe-se que as organizações da Economia Social não são de natureza lucrativas, ou seja, a sua atividade não tem por objetivo a obtenção de lucros, mas a resolução de problemas sociais. Embora sejam obtidas receitas próprias que são obtidas pela prestação dos seus serviços, o seu financiamento provém principalmente do

apoio de entidades privadas e do Estado através de subsídios concedidos, na medida em que essas entidades assumem grande importância da sua intervenção.

Um dos grandes desafios que se coloca à gestão deste tipo de organizações da Economia Social prende-se com o aumento do financiamento e a diversificação das fontes de receita, criando assim espaço para novas ofertas de bens e serviços à sociedade, num contexto de crescimento e afirmação (Nicolau, 2008) .

Outra vertente das organizações não lucrativas está relacionada com o trabalho voluntário e não lucrativo. Segundo Salamon (citado por Reis, 2003, p.196), "o terceiro sector beneficia da atividade de trabalhadores voluntários, os quais adicionam as organizações uma produção raramente contabilizada. O Voluntariado constitui, pois, uma dimensão acrescida nas operações do terceiro sector constituindo uma força económica importante".

Em Portugal, o voluntariado tem um enquadramento legislativo próprio: a lei de Bases do enquadramento jurídico do voluntariado, *Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro de 1998.* De acordo com o artigo n. 2º, "voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas" (Diário da República, 1998).

O artigo 3º refere que o "voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora"(Diário da República, 1998).

Em Portugal a realidade do voluntariado, para além do Estado e da Igreja, é também pautada pela presença de várias entidades, tais como os Bombeiros, Escuteiros, associações, entre outras ONG. Portugal apresenta valores baixos (entre 10% e 19%) relativamente à participação dos portugueses nas atividades de voluntariado face ao valor médio de participação na União Europeia, que é de 24% (Angermann & Sittermann, 2010).

8. As IPSS como um Instrumento da Economia Social perante os desafios sociais

Assim, as IPSS são parte integrante na ES, sendo através destas que o Estado concretiza as políticas públicas de Acão Social. Já a Ação Social assegura o desenvolvimento de apoios que se destinam a "minorar situações de carência, desigualdade socioeconómica, de dependência, disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais e a promover a integração e promoção comunitária das pessoas, assim como o desenvolvimento das suas capacidades. As ações desenvolvidas têm como alvo principal os grupos mais vulneráveis, nomeadamente as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência e os idosos."

A Ação Social está constantemente a ser posta em prática maioritariamente por instituições privadas sem fins lucrativos, através da contratualização de serviços, designados por "acordos de cooperação", que garante a comparticipação financeira do Estado. As comparticipações financeiras são de extrema importância, pois suprimem as despesas de funcionamento destas instituições, através da utilização dos serviços e equipamentos pelos utentes. A comparticipação financeira do Estado é assegurada maioritariamente por transferências do Orçamento para a Segurança Social que por sua vez transfere para as IPSS, estabelecendo-se um quantitativo a atribuir, mensalmente e por utente, em função da resposta social praticada.

Considera-se, então, o setor social um sector relevante, onde o Estado compromete-se a promover o "*empowerment"* do sector e a não criar obstáculos ao seu desenvolvimento. Devido à sua dimensão de beneficiários abrangidos e volumes de financiamento, bem como, pela função que desempenha de concretização no terreno das políticas públicas de Segurança Social, o setor social constitui uma ferramenta indispensável na gestão dos recursos públicos.

De acordo com o CIRIEC (2017), o progresso da Economia Social pode ser verificado através do seu desenvolvimento gerado na comunidade europeia por meio das suas intervenientes – as IPSS, nomeadamente, através da criação de coesão social, de desenvolvimento local e regional, da inovação e do emprego. Contudo, é exigido uma constante adaptação das mesmas, num contexto onde os recursos são muito escassos (CIRIEC, 2017).

Devido às constantes alterações da sociedade, nomeadamente, o envelhecimento agravado da população, a palavra de ordem é sustentabilidade, que por sua vez, se encontra associada a um triplo sentido: viabilidade, subsistência e complementaridade.

I. Coesão social

A Economia Social encontra-se intimamente ligada ao progresso e coesão social, visto esta condição assumir uma componente cultural, influenciadora da sociedade para se tornar coesa. A conjuntura cultural pode ser ou não favorável à coesão da comunidade, contudo, essa componente cultural parte da comunidade em geral (Barbedo & Bandeira, 2014). Em Portugal e na Europa, são inúmeras as instituições que têm um contributo relevante no combate à pobreza, à desigualdade social, ao desemprego e à insegurança, sendo estas problemáticas as mais dolorosas de culminar.

A título de exemplo, a Rede Europeia Anti pobreza (EAPN), uma rede de organizações e indivíduos empenhados no combate à pobreza e exclusão social, representada nos outros Estados- Membros e em Portugal pela EAPN Portugal à semelhança de outros Estados- Membros tem como principal missão "defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condições necessárias ao exercício da cidadania e a uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade civil" (EAPN Portugal).

A Economia Social tem contribuído para o aumento dos níveis de coesão social a dois níveis, primeiramente, contribuiu para a integração social e laboral de pessoas e regiões desfavorecidas, mas também, reforçou a cultura democrática da sociedade (CIRIEC, 2017). Para além disto, a capacitação individual através da responsabilidade social tem promovido a integração dos jovens, das mulheres, dos imigrantes e das minorias étnicas.

II. Desenvolvimento Local e Regional

A Economia Social pode ser considerada um instrumento para o desenvolvimento local e regional pois, "demonstra um grande potencial na iniciação de processos de desenvolvimento endógeno em áreas rurais, na reativação de regiões

industriais em declínio e na reabilitação e revitalização de áreas urbanas degradadas"(Barbedo & Bandeira, 2014).

Perante a globalização da atualidade, o processo de produção é um desafio constante, onde através de princípios democráticos e da participação da sociedade, a Economia Social pretende manter a gestão do processo econômico, atribuindo às empresas e organizações maior proteção no contexto local em que estão inseridas com maior autonomia e poder local originando desenvolvimento.

As instituições sociais permitem o desenvolvimento local pois, a sua contribuição está relacionada com o contributo direto, pelo facto de estas terem como objetivo principal o próprio desenvolvimento, mas principalmente, pelas suas caraterísticas e ações como a criação de respostas às situações sociais, regiões mais desfavorecidos, criação de emprego e o estímulo à participação (Quintão, 2004).

III. Inovação Social

Perante a redução dos recursos que o Estado dispõe para distribuir pelos vários setores, exige que se trabalhe no caminho da inovação, onde o contributo da Economia Social é particularmente importante no contexto da sociedade (Barbedo & Bandeira, 2014) .

O trabalho de campo feito entre o setor social e a sociedade confere a competência de detetar novas necessidades, de as direcionar para o setor público e privado, originando respostas inovadoras. A inovação social permite descobrir novas áreas de intervenção com programas de apoio ao desenvolvimento social, criando empregos (Barbedo & Bandeira, 2014).

De acordo com o CIRIEC (2017), a inovação social não tem recebido um financiamento equilibrado por parte do setor público e do setor privado, dando-se preferência ao financiamento de inovações tecnológicas em prejuízo de inovações onde a Economia Social assume maior liderança.

IV. Emprego

Por fim, a Economia Social auxilia na regulação dos numerosos desequilíbrios do mercado de trabalho como uma mais-valia que transparece de forma mais visível e explícita (Barbedo & Bandeira, 2014).

Em Portugal, os dados estatísticos das últimas décadas têm comprovado que o volume de emprego criado pela Economia Social assume menor preponderância relativamente a outros países da Europa, no entanto não deixa de ser significativo particularmente na era atual e porque gera mais emprego do que outros setores da economia (CIRIEC, 2017).

A Comissão Europeia estima que este sistema suporte 9 milhões de empregos gerados pelo terceiro setor. É um setor com um grande potencial de criação de emprego e por se dedicarem à formação e à inserção socioprofissional, principalmente de grupos desfavorecidos (Quintão, 2004).

Deste modo, o terceiro setor refere-se a um conjunto de organizações que não sendo públicas, desenvolvem, asseguram e prestam bens e serviços em diferentes áreas onde o Estado não consegue dar resposta, através do aumento do bem-estar das populações mais desfavorecidas têm, tornando assim este setor específico relevante em diversos domínios (Quintão, 2004).

Capítulo Dois – Caraterização do Concelho de Águeda

Neste capítulo, pretende-se fazer uma breve contextualização do Concelho de Águeda, o concelho selecionado para concretizar em termos empíricos a investigação. Essa opção, conforme já referido inicialmente, prende-se essencialmente com a necessidade de informação acerca da realidade não manifestada por parte das Instituições Sociais do concelho, uma vez que a única informação existente reporta a 2009 (Plano Diretor Municipal) e 2014 (Diagnóstico Social do Concelho de Águeda), mas também devido ao elevado número destas organizações que tanto contribuem para o desenvolvimento do concelho residente através da geração de valor e condições sociofamiliares, saúde e bem-estar, emprego e inserção social tendo assim acolhido de forma motivada esse desafio.

Desta forma, efetuamos a descrição das características geográficas, demográficas e económicas do concelho.

Neste capítulo são também identificadas as Instituições de Economia Social existentes no concelho de Águeda para, posteriormente, melhor entendermos a realidade destas na economia do concelho.

1. Dimensão Geográfica e Demográfica do Concelho de Águeda

O Concelho de Águeda apresenta uma área de 335 km^2dividida por 11 freguesias e uma população residente de 46.034 habitantes distribui-se de uma forma quase equitativa pelos dois sexos: 23.985 são do sexo feminino e 22.049 do sexo masculino (PORDATA, 2019).

Ao nível da localização geográfica do Concelho, localiza-se na região centro litoral do país, fazendo parte do Baixo Vouga e do distrito de Aveiro.

O Município de Águeda é o maior do distrito de Aveiro, tem uma densidade populacional aproximadamente 137 habitantes/km^2 (PORDATA, 2019), estando englobado na Grande Área Metropolitana de Aveiro, e confinado com nove outros concelhos: Albergaria-a-Velha, Aveiro, Oliveira do Bairro, Anadia, Mortágua, Tondela, Vouzela, Oliveira de Frades e Sever do Vouga (Diagnóstico Social, 2014).

Respetivamente à evolução demográfica, podemos verificar que nas últimas décadas, assistiu-se a um decréscimo populacional deste concelho, pois entre 2001 e 2009 houve uma diminuição de 893 habitantes e entre 2011 e 2019 existiu-se a um decréscimo de 2.059 habitantes (PORDATA, 2019).

Quanto à estrutura etária da população, segundo grupos etários de maior dimensão, verificou-se uma diminuição significativa no escalão dos 0-14 anos, em parte devido à diminuição da taxa de natalidade no Concelho(Diagnóstico Social, 2014).

Constatou-se também que a maioria da população do concelho de Águeda (64%) se situa no intervalo de idade dos 15 aos 64 anos, 24 % pertence ao grupo com mais de 65 anos de idade, 12% ao dos 0 aos 14 anos (Diagnóstico Social, 2014).

Analisando ainda outros indicadores relevantes, nomeadamente o índice de envelhecimento do concelho de Águeda, verifica-se que de acordo com os dados do PORDATA (2020) em 2001 verificava-se 97,1% comparativamente a 2020, que sofreu um aumento considerável, para 206,5%.

Para o Índice de dependência total verificamos um aumento também de 46,3% de 2001 para 57,0% (PORDATA, 2020).

2. Dimensão Económica do Concelho de Águeda

No que refere à economia concelhia, o sector secundário assume mais representatividade, pois os sectores da cerâmica, das ferragens, da fabricação de mobiliário, da construção civil e do comércio a retalho, no seu conjunto, assumiram em 2001 cerca de 40 % dos empregados do Concelho(Diagnóstico Social, 2014).

O Município apresenta ainda um potencial que permite a evolução para formas de competitividade assentes na incorporação de serviços, do conhecimento e de tecnologia, associados à presença da Escola Superior Tecnologia e Gestão de Águeda.

O concelho de Águeda, devido à sua riqueza natural, patrimonial, cultural e paisagística, apresenta um elevado potencial turístico, ainda por desenvolver.

Contudo, apesar da dinâmica industrial, mas devido a conjuntura económica que foi passando ao longo dos anos tem se verificado um aumento do desemprego (Diagnóstico Social, 2014).

Em 2001, a taxa de atividade no Concelho apresentada era de 50%, estando este valor acima da média nacional, e a taxa de desemprego assumia em 2001 os 2,9% (representativamente, 1280 pessoas, sendo a percentagem inferior à média nacional), embora os desempregados de longa duração representaram 35% do total concelhio.

Analisando a população ativa desempregada pelos seus níveis de instrução, verifica-se que a população com o 1º ciclo do ensino básico representava 0,6%, com 1% na Região Centro. Já a população ativa desempregada com o nível de ensino superior representava 0,21% em Águeda, contra os 0,37% da Região Centro (Censos, 2001).

3. O Associativismo Aguedense

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Águeda (2009), as associações culturais aparecem destacadas no primeiro lugar, representando cerca de 67 no total de 194 associações existentes no Concelho em 2009, seguidamente, observa-se que as associações sociais assumem o segundo lugar devido ao peso das 53 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) neste sector (Plano Diretor Municipal, 2009). Outro aspeto importante a considerar está relacionado com o seu estatuto das organizações.

Assim, e de acordo com os dados do Plano Diretor Municipal (2009), cerca de 42% das associações do Concelho possuem estatuto de Utilidade Pública, sendo que a maioritariamente corresponde a associações de índole social, como seja o caso das IPSS, ou de índole cultural (Plano Diretor Municipal, 2009).

Relativamente às atividades específicas realizadas ao nível social pelas Instituições, verifica-se que a maior fatia vai para as Atividades de Tempos Livres – ATL (com cerca de 23%), seguida da gestão de Creches (15%) e da manutenção de Centros de Dia (10%). Este especto revela que existem já um conjunto de estruturas sociais bastante alargado a funcionar no Concelho com base nas associações.

Aqui, o papel das IPSS mostra-se fundamental para a estrutura social do Concelho, e em última instância, para o reforço da coesão social (Plano Diretor Municipal, 2009).

Gráfico 7 - Tipo de atividades sociais realizadas.

.

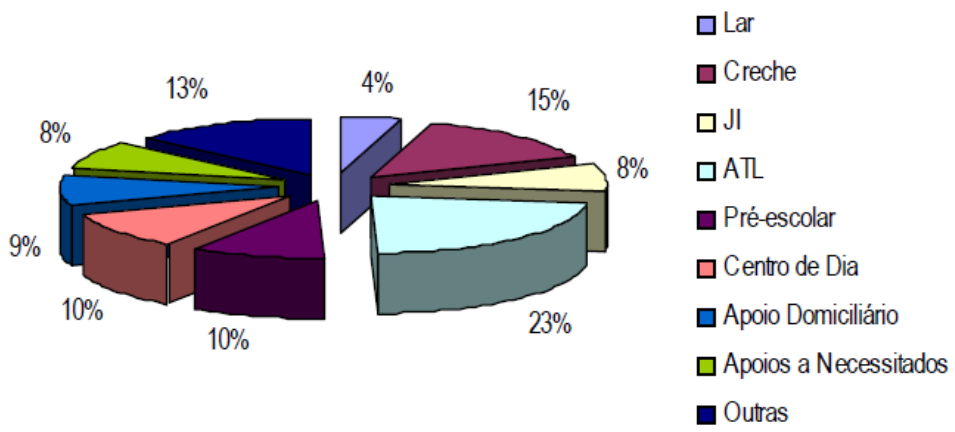


Gráfico 7 - Tipo de atividades sociais realizadas.
Fonte: Plano Diretor Municipal, 2009.

Por outro lado, verifica-se ainda que os lares são aqueles que surgem com menor expressividade, pelo facto de serem estruturas que têm um peso significativo em termos de custos e investimentos necessários por parte das associações. Pelo Plano Diretor Municipal verifica-se a existência de carências a este nível no Concelho de Águeda, deixando aqui abertura de investimento futuro por parte das associações de índole social (Plano Diretor Municipal, 2009).

Um dos aspetos fundamentais para estudo quando toca às associações do Concelho são os constrangimentos e dificuldades que estas apontam para o seu regular funcionamento e para um melhor apoio aos seus sócios e à população em geral (Plano Diretor Municipal, 2009).

Efetuada uma análise mais pormenorizada, o Plano Diretor Municipal mostra que a maioria das associações afirma de forma clara que as dificuldades financeiras (onde se incluem as questões dos financiamentos municipais, a falta de pagamento de quotas ou a impossibilidade/falta de sucesso de candidaturas a programas financeiros de apoio), são o maior constrangimento que as Instituições enfrentam no desenvolvimento da sua atividade, aspeto que já seria de esperar face ao carácter não lucrativo e social de muitas instituições. Dando continuidade à análise agora nas demais tipologia de associação, verifica-se que continuam a ser as dificuldades financeiras os principais constrangimentos que estas apresentam, com especial relevo para as culturais e as desportivas, seguindo-se depois a falta de instalações, em que surgem destacadas as sociais, mistas e empresariais (Plano Diretor Municipal, 2009) .

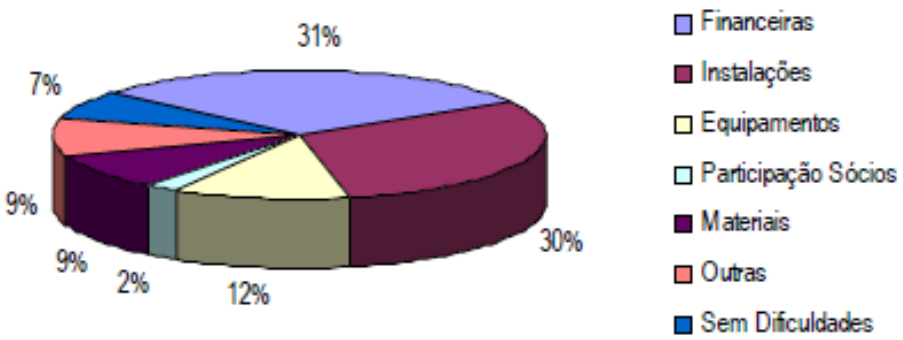


Gráfico 8 - Tipo de dificuldades das associações sociais.
Fonte: Plano Diretor Municipal, 2009.

Entrando agora no campo das parcerias que as associações consideram importantes para a sua promoção, percebe-se que as instituições do poder local, Autarquia e Junta de Freguesia, são as que têm maior peso, representando em conjunto 50% do total de parcerias identificadas pelas associações, o que mostra a importância conferida pelas associações a estas instituições, privilegiando-as de forma considerável (Plano Diretor Municipal, 2009).

Por outro lado, verifica-se também que as coletividades da própria freguesia ou concelhias de onde são naturais, são identificadas como parceiras, o que enaltece, o facto deque começa a existir uma cooperação em rede entre associações e parceiros da comunidade (Gráfico 9).

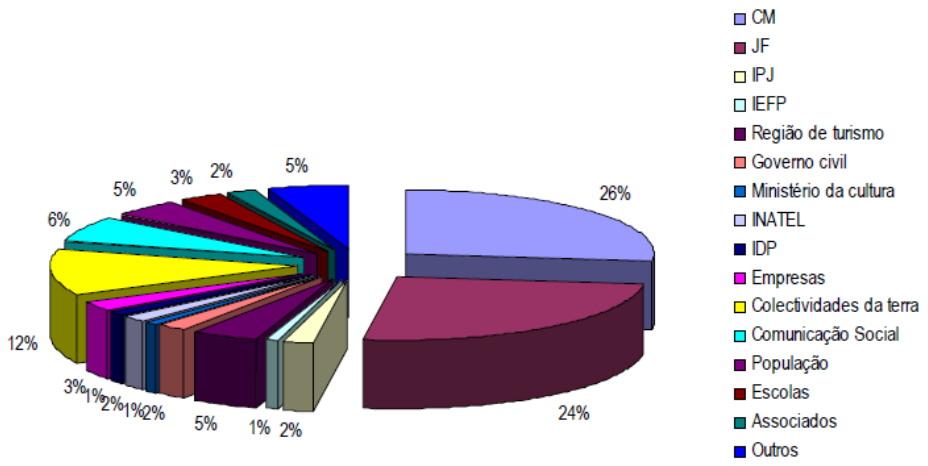


Gráfico 9 - Parceiros Envolvidos na Promoção da Associação.
Fonte: Plano Diretor Municipal, 2009.

Ainda ao nível das parcerias, mas entrando na questão da promoção ao nível dos eventos que as associações realizam, observa-se que apesar de se manterem a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia como os principais parceiros, aqui a importância das coletividades do Concelho/ freguesia de origem cresce de forma significativa (18%), o acontece também com as empresas, as quais contribuem pelos patrocínios que conferem às associações para a realização de eventos (Plano Diretor Municipal, 2009).

No campo da inovação social, e tendo em conta o referido anteriormente sobre as formas de divulgação das associações, torna-se claro que as novas tecnologias, nomeadamente a Internet, são ferramentas fundamentais para estas em termos de visibilidade, quer seja no Concelho ou fora deste. Neste âmbito, a Internet torna-se um veículo instantâneo e barato de dar a conhecer o que estas fazem, como fazem e onde o fazem (Plano Diretor Municipal, 2009).

Por fim, abordando o aspeto mais preocupante realçado pelas associações como sendo fundamental para a sua gestão, é a questão dos financiamentos. Segundo o Plano Diretor Municipal (2009), analisadas as dificuldades verificou-se que a falta de verbas ou a insuficiência nas mesmas eram o aspeto mais apontado pelas associações em relação ao bom desempenho do seu trabalho. Torna-se importante perceber que as principais fontes de financiamento das associações advêm dos subsídios atribuídos pelo Município e pelo Estado Central através de programas de apoio, pelas quotas dos associados ou pelos rendimentos das atividades que realizam (Plano Diretor Municipal, 2009).

Realce-se ainda para as associações de cariz social que são as que apresentam, em média, menor valor de quota, o que poderá estar relacionado com os financiamentos que estas recebem do estado, que as torna mais independentes do pagamento de uma quota de maior valor por parte dos sócios para o seu funcionamento (Plano Diretor Municipal, 2009).

4. As Instituições de Economia Social do Concelho de Águeda

Segundo o Diagnóstico Social (2014), redigido pela Rede Social de Águeda, documento que retrata a realidade social do concelho, constituído como um pilar base para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, criado para repensar as tendências e necessidades de intervenção social.

Águeda, conhecida pelo seu dinamismo associativo, é responsável pela existência de uma variada e coesa rede de equipamentos sociais, apresentando a 3ª taxa de cobertura mais elevada comparativamente a outros concelhos e 10ª taxa relativamente à área da deficiência (Diagnóstico Social, 2014).

Estima-se que em 2014, o concelho possuía 33 IPSS, com acordos de cooperação com a Segurança Social, perfazendo um total de 125 respostas sociais, com capacidade para 4382 e abrangendo 3949 utentes, sendo que os grupos mais abrangidos são a área da infância e da terceira idade (Diagnóstico Social, 2014).

Considera-se que as Instituições representam um conjunto de diversas formas associativas com valores e princípios comuns, onde também fazem parte integrante as instituições sociais com meio de atuação o ambiente, a cultura, comércio justo ou

comércio ético e integração das populações desfavorecidas que atuam na luta contra a exclusão social (Diagnóstico Social, 2014).

Compreende-se então que, as instituições da Economia Social são estruturas geradoras de emprego, que originam postos de trabalho, mas também promovem o voluntariado, atividades culturais, desportivas, recreativas, ou de ação social, disponibilizando um conjunto diversificado de serviços e equipamentos de uso coletivo (Diagnóstico Social, 2014).

Seguidamente, listam-se as Instituições de Economia Social do concelho de Águeda, obtida através da recolha de informação e de dados facultados pela Câmara Municipal de Águeda (Diagnóstico Social, 2014).

Tabela 3 - Listagem das Instituições Particulares de Solidariedade Sociais do Concelho de Águeda

Nº	Nome	Forma Jurídica
1	AMAR -Associação Macinhatence de Assistência, Recreio e Cultura	Associação
2	ARCOR-Associação Recreativa e Cultural de Óis da Ribeira	Associação
3	Associação Social e Cultural de Serém	Associação
4	ABARCA -Associação Barroense de Recreio Cultural e Assistência	Associação
5	Associação Fermentelense de Assistência a Crianças e Pessoas da Terceira Idade	Associação
6	Bela Vista - Centro de Educação Integrada	Associação
7	Centro de Bem Estar Social de Macinhata do Vouga	Centro Social Paroquial
8	Centro Paroquial e Social de Valongo do Vouga	Centro Social Paroquial
9	Centro Social de Belazaima	Associação
10	Centro Social de Formação e Assistência – Casa do Redolho	Organização Religiosa
11	Centro Social Infantil de Aguada de Baixo	Centro Social
12	Centro Social Paroquial da Borralha	Centro Social Paroquial
13	Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães	Centro Social Paroquial
14	Jardim Social de Travassô - Associação de Solidariedade Social	Associação
15	LAAC – Liga dos Amigos de Aguada de Cima	Associação
16	O Catraio - Centro Social da Catraia de Assequins	Associação
17	O Mágico - Centro de Apoio Social, Cultural e Recreativo	Associação
18	Os Pioneiros - Associação de Pais de Mourisca do Vouga	Associação

19	Paraíso Social de Aguada de Baixo	Associação
20	Patronato de Nossa Senhora das Dores	Organização Religiosa
21	Santa Casa da Misericórdia de Águeda	Misericórdia
22	Associação Senhora da Esperança, Centro Social, Cultural e Recreativo de Á-dos-Ferreiros	Associação
23	Fundação Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Valongo do Vouga	Fundação
24	Associação Baptista de Águeda Shalom	Associação
25	Centro Social de Agadão	Associação
26	Fundação Isabel Domingues	Fundação
27	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades de Águeda, C.R.L.	Associação
28	Delegação de Águeda da Cruz Vermelha Portuguesa	Associação
29	CASAS - Centro de Apoio Social e Animação de Segadães	Centro Social
30	ACAPO- Associação cultural dos Surdos de Águeda	Associação
31	Centro Social Arco-íris	Centro Social Paroquial
32	Casa do Povo de Valongo do Vouga	Associação
33	Casa do Povo de Águeda	Associação
34	Conferência Vicentina Nossa Senhora la Salete da borralha	Associação
35	Academia Portuguesa Cultural e Solidariedade de Águeda	Associação
36	Patronato dos Pobres da Freguesia de Águeda	Organização Religiosa
37	Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos	Associação
38	Conferência Vicentina de S. Pedro de Valongo do Vouga	Associação
39	Cáritas Paroquial de Fermentelos	Associação
40	Conferência Vicentina Santa Eulália de Aguada de Cima	Associação
41	Conferência Vicentina Santa Eulália de Águeda	Associação
42	Associação Espírita Consolação e Vida	Organização Religiosa
43	Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Águeda	Associação
44	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia Espinhel	Organização Religiosa

Fonte: Elaboração Própria

Das 44 Instituições da Economia Social identificadas no concelho de Águeda, pudemos verificar que maioritariamente são de índole jurídica as Associações (29). As restantes organizações são Centro Sociais e Paroquiais (7), Fundações (2), Instituto de Organização Religiosa (5) e Misericórdias (1). O passo seguinte em termos de estudo será

o de as conhecer melhor, caracterizá-las e refletir sobre o seu contributo para a economia do concelho.

Capítulo Três - Metodologia de Investigação

No presente capítulo será descrito os objetivos e questões do estudo, o método de estudo adotado, a descrição do instrumento de recolha de dados e os procedimentos adotados para a aplicação do questionário para posterior análise dos resultados no capítulo seguinte.

1.Objetivo e Questão de Investigação

De acordo com a informação apresentada na introdução, o principal objetivo do estudo é analisar um conjunto de IPSS do concelho de Águeda e assim compreender a sua natureza jurídica, fim estatutário, fontes de financiamento, relações interinstitucionais e os recursos humanos com enfoque no voluntariado, construindo assim uma visão mais real das mesmas.

Como refere Quivy e Campenhoudt (1998), "O investigador deve procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor (…). A formulação da pergunta de partida obriga o investigador a uma clarificação frequentemente muito útil, das suas intenções e perspetivas espontâneas. Põe em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a rutura com os preconceitos e as noções prévias".

Para orientação ao longo do estudo, formulou-se a questão de investigação desta dissertação:

"Qual a realidade apresentada pelas IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social - do concelho de Águeda?".

Da questão de investigação decorrem os seguintes objetivos gerais da dissertação:
(i) Contribuir para um melhor reconhecimento sobre as potencialidades e características das IPSS, em particular no concelho de Águeda;
(ii) Contribuir para o aumento do conhecimento sobre a realidade das Instituições Sociais no domínio da Economia Social;

2. Tipo de Estudo

A realidade da Economia Social ainda é ainda pouco fundamentada e investigada, principalmente no que se refere às suas potencialidades e contributos que geram desenvolvimento social integrado da população.

Considerando toda a informação já apresentada no âmbito das IPSS em Portugal e em particular no concelho de Águeda, e tendo por base o objetivo de estudo, optou-se por um estudo de caso.

Assim, deste modo, o estudo de caso como estratégia de investigação é interpretado por vários autores, como Yin (1993, 2005), Stake (1999), Rodríguez et al. (1999), caso pode ser algo bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo menos definido ou definido num plano mais abstrato como, decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais.

Latorre et al., (citado por Meirinhos, 2010), considera que os estudos de caso, na sua essência, buscam as características da investigação qualitativa, ou seja, regem-se dentro da lógica que guia as sucessivas etapas de recolha, análise e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo de um ou poucos casos.

Entende-se que um estudo de caso permite a sua aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos de vida real, refere ainda que:

> *"Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenômeno* (Dooley, 2002, *p. 343-344*)*."*

Segundo Stake (1999), o estudo de caso permite também fazer generalizações, que por sua vez permitem de um estudo generalizar para outro caso.

Já Bogdan e Biklen (1994), classificam os estudos de caso de acordo com o número de casos em estudo. Deste modo, afirma-se que se possam classificar estudos de caso únicos e estudos de caso múltiplos. Respetivamente, os estudos de casos únicos baseiam-

se apenas no estudo de um único caso. Os estudos de caso múltiplos, baseiam-se em mais do que um caso, podem revestir uma grande variedade de formas:

> *"Alguns começam sob a forma de um estudo de caso único cujos resultados vão servir como o primeiro de uma série de estudos, ou como piloto para a pesquisa de casos múltiplos. Outras investigações consistem, essencialmente, em estudos de caso único, mas compreendem observações menos intensivas e menos extensas noutros locais com o objetivo de contemplar a questão da generalização (Bogdan & Biklen, 1994)."*

Os estudos descritivos, podendo originar hipóteses e suposições relevantes para orientar estudos posteriores, funcionando como suporte para a teorização. Sabe-se também que os estudos descritivos representam a descrição detalhada de um fenômeno inserido no seu contexto (Ventura, 2007).

Por fim, para (Fernandes & Gomes, 2003) um estudo de caso "trata-se do estudo de casos isolados, em que a análise deve ser feita com profundidade, detalhadamente e de forma exaustiva, considerando as influências internas e externas".

Assim, para realizar este estudo de caso selecionou-se as IPSS do concelho de Águeda, pelo facto de se conhecer a realidade do concelho residente, onde são inúmeras as instituições sociais, contudo existe uma escassez de informação deste âmbito. O uso de ambos os métodos de pesquisa, qualitativo e quantitativo, será o mais adequado para a caracterização que se pretende fazer, uma vez que a recolha de dados evidenciará números conversíveis em informações/ conclusões, através de técnicas estatísticas descritivas simples que se permitam analisar, de forma a responder à questão de partida. A abordagem quantitativa evidencia-se através das respostas fechadas do questionário aplicado permitindo retirar e quantificar dados estruturados, que após tratamento estatístico simples possibilitou a obtenção de conclusões gerais da pesquisa. Relativamente à abordagem qualitativa e tendo em conta o objetivo principal, esta viabilizou ter em conta os pontos de vista dos respondentes das IPSS em resposta à problemática central.

3. Procedimentos adotados na seleção e aplicação do Questionário

Inicialmente, estabeleceu-se contacto via mail com a Câmara Municipla de Águeda (CMA), no sentido de solicitar apoio ao nível de informação disponível relacionada com o papel das IPSS na Economia Social do concelho de Águeda, bem como, integrar a Rede Social para obtenção de abertura e maior participação das IPSS no estudo.

Perante Evans e Mathur (2005) e Fricker, Galesic, Tourangeau e Yan (2005) questionário é uma ferramenta que apresenta como vantagens a agilidade na aplicação e no controlo e follow-up das respostas, a facilidade de utilização para amostras de maior dimensão, o baixo custo, a exigência de respostas completas e a agilidade no desenvolvimento dos resultados. Por outro lado, como desvantagens apresentam o baixo índice de respostas, a dificuldade em incluir incentivos que fomentem a participação dos inquiridos, a baixa confiabilidade nos dados, uma vez que muitos respondentes podem falsificar informações e a limitação às pessoas com acesso à Internet e à informática (Evans, 2005) (Litvin, Stephen W. & Kar, 2005).

Assim, de acordo com as vantagens e apesar das desvantagens mencionadas pelos autores acima, considerou-se que o questionário seria a ferramenta mais adequada para o estudo que se pretende realizar devido às questões que se pretendiam aplicar, nomeadamente, respostas fechadas e/ou abertas. Para a aplicação do questionário referido, realizou-se o pedido de autorização via email à autora (anexo A) para uso do questionário selecionado.

Após a obtenção da sua aprovação, e uma vez que não é um questionário validado por qualquer entidade certificada, adaptaram-se as questões que assim o exigiam ao concelho de Águeda.

O questionário foi aplicado (anexo B) através de envio por correio eletrónico através da plataforma Google Forms, utilizando como ponte de contacto a Rede Social da CMA, e ocorreu entre 10 de maio a 30 de julho de 2021.

Como dispositivo de contacto, foi enviado um e-mail através da rede social da CMA a todas as IPSS do concelho de Águeda (anexo C), a solicitar a participação da instituição no estudo. Em anexo ao e-mail ia o questionário Google Forms para preenchimento e posteriormente envio automático. Após a primeira tentativa de resposta ao referido questionário, contactámos telefonicamente todas as IPSS, onde por fim se obtiveram

apenas 12 respostas ao mesmo. Ao longo da aplicação do questionário, sempre que houve necessidade, foi feito um reforço de incentivo à resposta, uma vez que o objetivo, dado o número reduzido de instituições, era cobrir o máximo de participações no estudo. Deste modo, estabeleceu-se contacto telefónico por 2 vezes com todas as IPSS, para apelo à resposta ao questionário e reenvio de 3 vezes do questionário através da rede social da CMA.

4. Instrumento de Recolha de Dados

O principal instrumento utilizado neste estudo para a recolha de dados foi o inquérito por questionário, com perguntas fechadas e abertas. Um inquérito por questionário é "um instrumento para recolha de dados constituído por um conjunto mais ou menos amplo de perguntas e questões que se consideram relevantes de acordo com as características e dimensão do que se deseja observar." (Hoz, 1985).

"As questões fechadas têm uma grande vantagem na facilidade da codificação e na análise dos resultados. Todos os entrevistados utilizam a mesma nomenclatura nas suas respostas e o mesmo grau de pormenor nas suas descrições" (Barañano, 2004).

No entanto, as perguntas fechadas também têm algumas desvantagens que devem ser tidas em conta na elaboração de um questionário. Por exemplo, pode existir a possibilidade de um entrevistado não estar certo de qual é a resposta melhor que deve optar e escolher ao acaso uma das respostas fixas em vez de utilizar um critério próprio.

Normalmente esta desvantagem é contrabalançada, incluindo-se outra alternativa no modelo da resposta fixa, por exemplo "Outros: _____." Esta alternativa representa um meio-termo excelente entre os formatos aberto e fechado, pelo facto de ser uma pergunta aberta dentro de um formato fechado" (Rea & Parker, 2000).

De acordo com os objetivos do trabalho, aplicou-se um inquérito por questionário constituído por seis partes (Anexo A). A primeira parte do questionário visa obter dados que permitam identificar o cargo ou a função do respondente e o seu tempo de permanência na organização, ou seja, constitui-se como uma breve caracterização da pessoa que responde em nome da instituição.

Na segunda parte, procura-se caracterizar a Instituição, nomeadamente o seu nome, a sua natureza jurídica, o seu fim estatutário e a freguesia onde está localizada.

Também se pretende identificar qual ou quais as valências e/ou atividades que a organização oferece e qual o valor aproximado do número de beneficiários/utentes, a capacidade da organização e quantos se encontram em lista de espera, e ainda se a organização tem algum ou alguns projetos para o futuro.

Na terceira parte, pretende-se perceber se a organização está ou não envolvida em parcerias institucionais de âmbito local e/ou distrital e/ou regional e identificar qual (/quais) a(s) entidade(s) com as quais mantêm uma cooperação mais estreita. Com a quarta parte, pretende-se identificar quais as diferentes fontes de financiamento para o normal e regular funcionamento da organização.

Na quinta parte, procura-se fazer um enquadramento dos recursos humanos na organização, nomeadamente apurar o número de trabalhadores remunerados da organização de acordo com o vínculo de trabalho e o sexo, o grupo etário e o nível de habilitações. Pretende-se também aferir se a organização tem trabalhadores voluntários e, se tiver, apurar quantos voluntários, por grupo etário, é que desenvolvem atividades na organização, quanto tempo em média por semana se dedicam à organização e quais as atividades desenvolvidas pelos voluntários na organização. Nesta parte incluímos também uma escala de quatro pontos, para avaliar a importância do trabalho voluntário para a organização.

Na sexta parte, procura-se verificar alguns elementos associados ao emprego, nomeadamente em relação à remuneração dos colaboradores e ao modo de gestão dos horários de trabalho na organização. Aqui procura-se ainda avaliar a importância da atuação da organização e das IPSS em geral no domínio do emprego, através de uma escala de likert.

Capítulo Quatro – Apresentação de Resultados

Este capítulo tem por objetivo efetuar a análise dos dados recolhidos através do questionário. Os resultados seguidamente apresentados referem-se, portanto, aos dados obtidos no questionário aplicado a todas as IPSS do concelho de Águeda e que foram objeto de tratamento estatístico descritivo simples. Ainda neste capítulo será feita a discussão de resultados recorrendo a corroboração dos resultados com as considerações teóricas dos autores.

1. Caracterização da Amostra

No presente estudo, a amostra corresponde ao número de IPSS do concelho de Águeda, nomeadamente, as 44 IPSS ao qual foram dirigidos os questionários, tendo obtido uma taxa de resposta de 25% representada (tabela 4).

Tabela 4 – Lista de IPSS respondentes.

IPSS e Equiparadas
Centro de Apoio Social e Animação de Segadães
Associação Fermentelense de Assistência a Crianças e Pessoas de Terceira Idade
Bela Vista - centro educação integrada
Associação Cultural dos Surdos de Águeda
Conferência Vicentina de São Pedro
Centro Social e Paroquial de Valongo do Vouga
Centro Social e Bem Estar de Macinhata do Vouga
Centro Social Paroquial da Borralha
O Mágico - Centro de apoio social, cultural e recreativo
Academia Portuguesa de Cultura e Solidariedade de Águeda
Associação Social e Cultural de Serém
Património dos Pobres da Freguesia de Águeda

Fonte: Elaboração Própria

O preenchimento do questionário foi, na maioria dos casos, da responsabilidade do Diretor da Instituição (Gráfico 11), com um tempo mínimo de permanência de 15 anos na Instituição onde se insere (Gráfico 10).

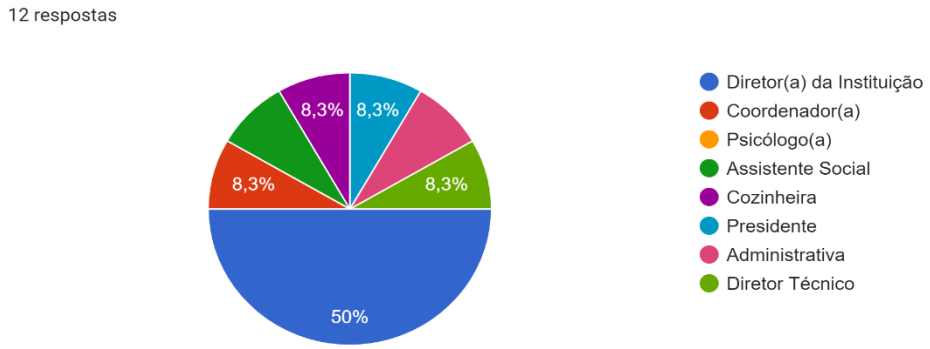


Gráfico 11 - Cargo/função na Instituição.

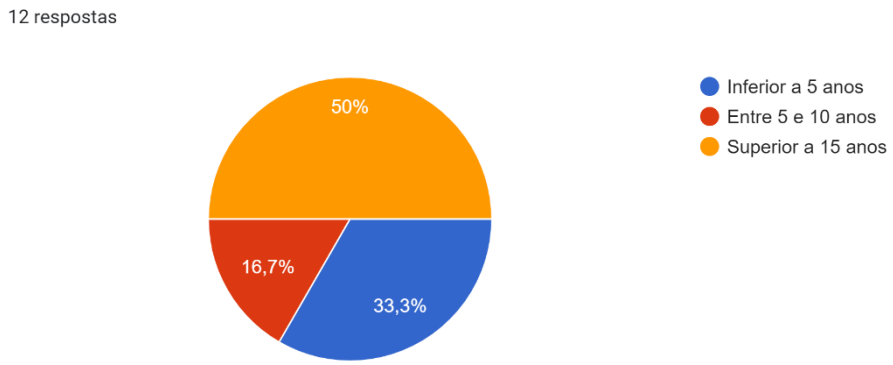


Gráfico 10 - Tempo de permanência na organização.

2. Caracterização das IPSS do Concelho de Águeda

2.1 Distribuição das IPSS por Freguesia

Como vimos anteriormente, o concelho de Águeda tem uma população residente de 46.034 habitantes (PORDATA, 2019) e é constituído por 11 freguesias: Aguada de cima, Fermentelos, Macinhata do Vouga, União de freguesias de Águeda e Borralha, União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, União de Freguesias de Recardães e Espinhel, União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, União de Freguesias de Préstimo e Macieira de

Alcôba e Valongo do Vouga. No quadro seguinte, podemos verificar que de todas as respostas obtidas, existe uma IPSS por localidade.

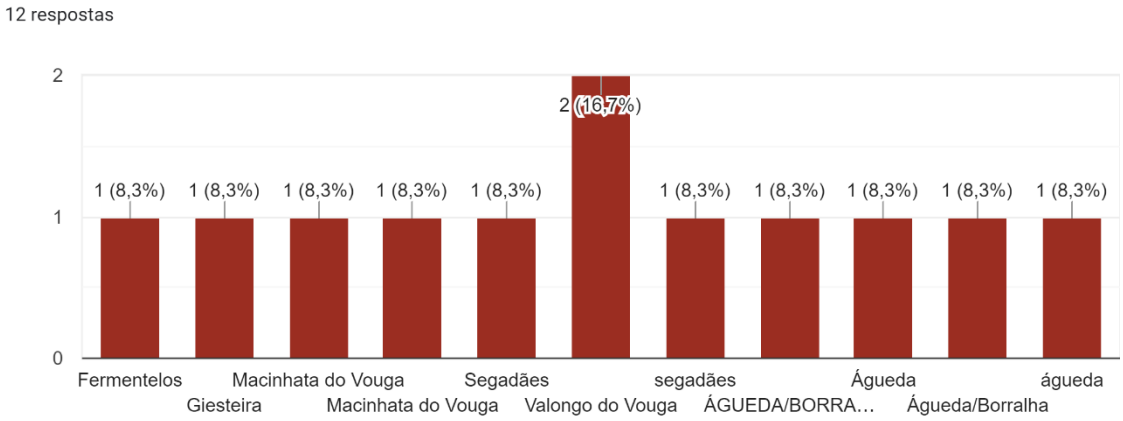


Gráfico 12 - Freguesia onde se encontram localizadas as Instituições respondentes.

2.2 Natureza Jurídica da Instituição

Seguidamente podemos verificar que 41,7% das instituições respondentes apresentam entre 21 a 30 anos de existência (Gráfica 8).

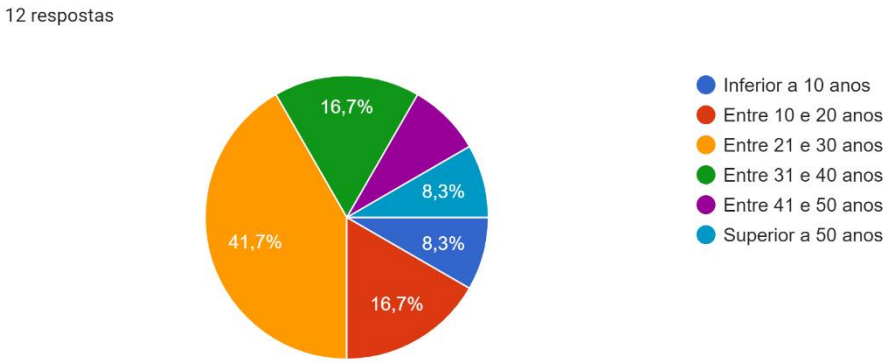


Gráfico 13 - Nº de anos de existência das Instituições respondentes.

Para verificação da índole jurídica das IPSS no concelho de Águeda, agrupamos as entidades em Associações, Cooperativas, Fundações, Irmandades da Misericórdias e Mutualidades. Na amostra das 12 IPSS respondentes obteve-se a totalidade com natureza jurídica as associações (Gráfico 9).

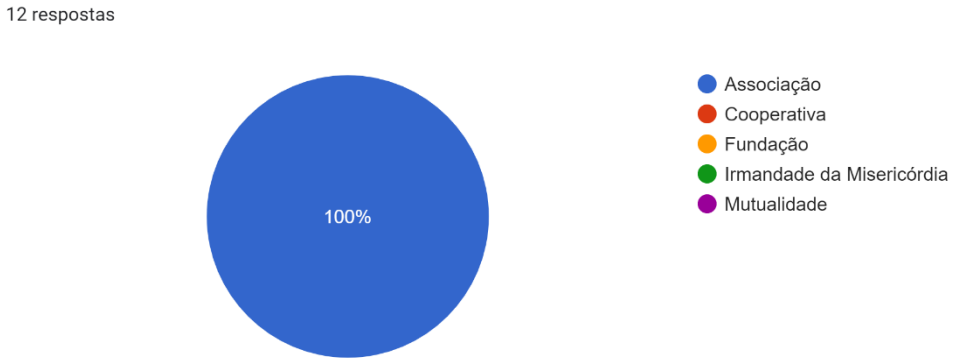


Gráfico 14 - Natureza Jurídica das Instituições respondentes.

Verifica-se também que no concelho não existem associações de socorros mútuos ou associações mutualistas.

De acordo com a CAOES - Classificação das Organizações da Economia Social e segundo a natureza jurídica das IPSS estudadas, podemos verificar que estão todas enquadradas na ação social.

2.3 Fim Estatuário da Instituições

Para percebermos o âmbito e a área de intervenção das IPSS é necessário conhecer os seus fins estatutários, isto é, os interesses para a qual se constituíram e foram reconhecidas.

Tendo em conta que esta era uma questão de resposta múltipla, uma vez que cada IPSS poderia assumir mais do que um fim estatutário, a análise da distribuição de frequências e as estatísticas de ordem a ela associada foi desenvolvida a partir da contagem do número de vezes que uma determinada opção foi assinalada.

Através do gráfico apresentado abaixo (Gráfico 10) verifica-se então que a maioria das IPSS respondentes se destina ao apoio à infância e Juventude (75 %) e de seguida o apoio à terceira idade (58,3 %), seguindo-se o apoio social e comunitário (41,7%).

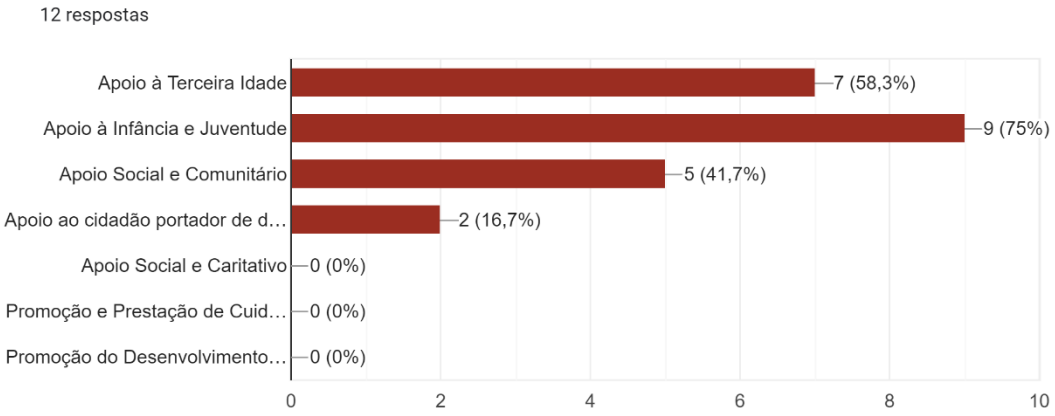


Gráfico 15 - Fim estatutário das Instituições respondentes.

2.4 Âmbito dos Serviços prestados

Perante as condições da população em geral, quer sociais quer de saúde, inclusão social dos grupos desfavorecidos e qualidade de vida da comunidade, de acordo com o fim estatutário de cada uma, as IPSS desenvolvem respostas no sentido de dar resolução às necessidades existentes nas localidades da sua área de intervenção.

As atividades desenvolvidas pelas IPSS são diversificadas em vários domínios. A partir das 44 organizações que compõem o universo de estudo, registaram-se 15 atividades diferentes, constatando-se através dos resultados obtidos, nomeadamente, total de vagas por resposta social, que as atividades de maior referência se desenvolvem no âmbito " Serviços e Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude", nomeadamente, no estabelecimento de educação pré-escolar e nas creches, e " Serviços e Equipamentos de Apoio a idosos", principalmente no apoio domiciliário e centro de dia.

Tabela 5 - Nº de utentes por atividade.

Respostas sociais		Nº
Serviços e Equipamentos de Apoio à infância e juventude	Centro de acolhimento temporário	0
	Centro de Atividades de Tempos Livres - CATL	210
	Creche	215
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	235
Serviços e Equipamentos de Apoio à Reabilitação e à Deficiência	Centro de atividades ocupacionais	5
	Lar residencial	25
Serviços e Equipamentos de Apoio a Idosos	Serviço de Apoio domiciliário	115

	Centro de convívio	50
	Centro de dia	75
	Lar de idosos	68
Serviços e Equipamentos de Apoio a Toxicodependentes	Equipas de rua	0
Outras	Refeitório Social	0
	Centro Apoio Familiar	25
	Reunificação Familiar	9
Totais utentes abrangidos		1102

Relativamente às listas de espera, constata-se através dos resultados que os "Serviços e equipamentos de apoio à infância e juventude", verifica-se uma lista de espera de 69 crianças para creche e de 23 crianças para o estabelecimento de educação pré-escolar.

Também nos "Serviços e equipamentos de Apoio a Idosos", mais concretamente no Lar de idosos, existe uma lista de espera extensa de 67 idosos, sendo que a lista poderá ser maior, considerando o facto de haver idosos que procuram o Lar, mas que não fazem qualquer inscrição.

Por fim, relativamente aos "Serviços e Equipamentos de Apoio à Reabilitação" e à Deficiência, verifica-se uma lista de espera para lar residencial de 10 utentes.

Tabela 6 – Nº de utentes em lista de espera por resposta social.

Respostas Sociais		Nº
Serviços e Equipamentos de Apoio à infância e juventude	Centro de acolhimento temporário	0
	Centro de Atividades de Tempos Livres	2
	Creche	69
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	23
Serviços e Equipamentos de Apoio à Reabilitação e à Deficiência	Centro de atividades ocupacionais	5
	Lar residencial	10
Serviços e Equipamentos de Apoio a Idosos	Serviço de Apoio domiciliário	9
	Centro de convívio	0
	Centro de dia	2
	Lar de idosos	67

Serviços e Equipamentos de Apoio a Toxicodependentes	Equipas de rua	0
Outras	Refeitório Social	0
	Centro apoio familiar	6
	Reunificação familiar	1
Total de utentes em lista de espera		194

2.5 Projetos Futuros das Instituições

Relativamente aos projetos para o futuro, verificou-se que 50% das IPSS respondentes afirmam que tem projetos no seu campo de ação futuro.

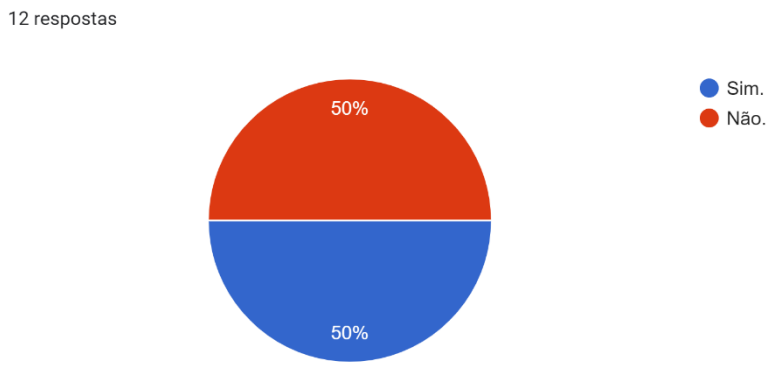


Gráfico 16 - Existência de Projetos Futuros das Instituições respondentes.

Contudo, quando questionados quais os projetos futuros, obtiveram-se apenas 4 respostas, nomeadamente, PARES III; Obras de requalificação de infraestruturas; Requalificação do Edifício, Capacitação da organização e projetos de capacitação da comunidade cigana em Vale Domingos; e Sede Social.

3. Parcerias Institucionais de âmbito local e regionais

Inicialmente as parcerias podem parecer de difícil desenvolvimento, contudo são uma boa iniciativa para resolução de problemas sociais, pois possuem um grande potencial para sua resolução. Pelo que devem ser encontrados iniciativas e instrumentos para contornar as dificuldades e desequilíbrios da sociedade envolvente. Tudo isto, através da criação de parceiras simples por forma a facilitar o diálogo, a participação e a decisão,

devendo ser flexíveis na busca de soluções que resolvam os problemas ou para a criação de novas respostas sociais.

Segundo Fleury e Overney (citado por Perret, Vinha, Teixeira, & Junqueira, s.d.), as redes de parceria "são uma solução para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos e os problemas complexos, onde existam múltiplos atores envolvidos, onde há interação de agentes públicos e privados, centrais e locais."

Partindo destas considerações iniciais, questionou-se as IPSS se estão envolvidas em parcerias institucionais de âmbito local, distrital e/ou regional, constando-se que 58,3% das instituições respondentes estão envolvidas em parcerias locais (Gráfico 17).

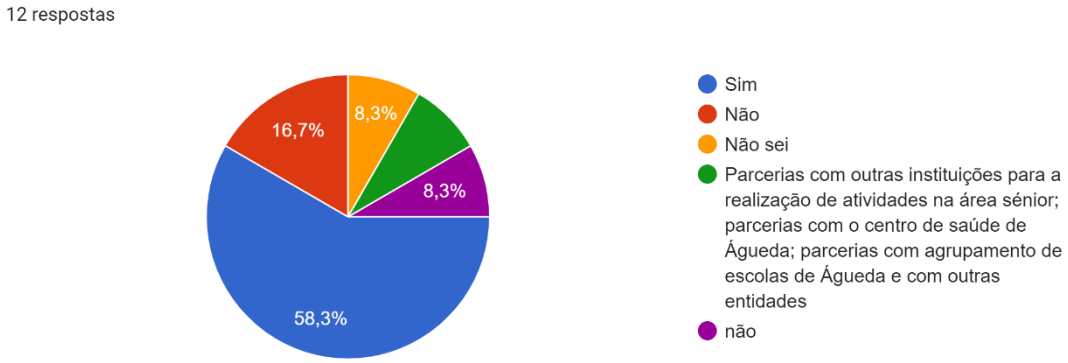


Gráfico 17 - Existência de parcerias Institucionais de âmbito local/distrital.

Relativamente às entidades com as quais as IPSS mantêm parcerias, foram obtidas 11 frequências de resposta, onde se constatou que as IPSS valorizam as parcerias estabelecidas com "Autarquias" (81,8%) e com "Associações locais" (63,6%), maioritariamente (Gráfico 18).

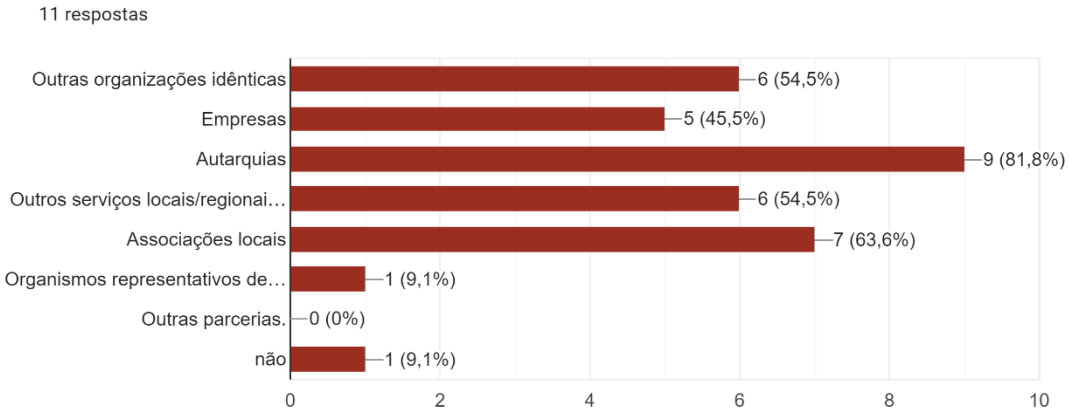


Gráfico 18 - Entidades com as quais as Instituições respondentes mantem parcerias.

4. Recursos Financeiros

Para a realização das suas atividades as IPSS necessitam de dispor de recursos financeiros, contudo, devido à sua natureza constitucional torna-se difícil uma vez que geralmente não conseguem gerar fundos de forma autónoma.

Assim, para garantir o regular financiamento da organização, as mesmas têm de recorrer a fontes de financiamento internas ou externas à organização. Designam-se como fontes internas as quotas dos associados, receitas próprias e os serviços pagos pelos utentes. Como fontes externas consideram-se os financiamentos públicos provenientes de acordos de cooperação com a Segurança Social e autarquias, programas Europeus e/ou nacionais, e donativos.

Através do gráfico apresentado pelas instituições respondentes, podemos verificar o seguinte: das 44 frequências de resposta obtidas no total, a fonte de financiamento com mais respostas foram os acordos de cooperação (83,8%), em seguida os donativos e o pagamento feito pelos Utentes de forma equiparada (66,7%), as quotas dos associados (58,3%) e a menos respondida a autarquia (8,3%) (Gráfico 19).

Com estes dados podemos perceber que os subsídios dos acordos de cooperação são um dos financiamentos da maioria das IPSS do estudo, em seguida são as prestações pagas pelos utentes e os donativos.

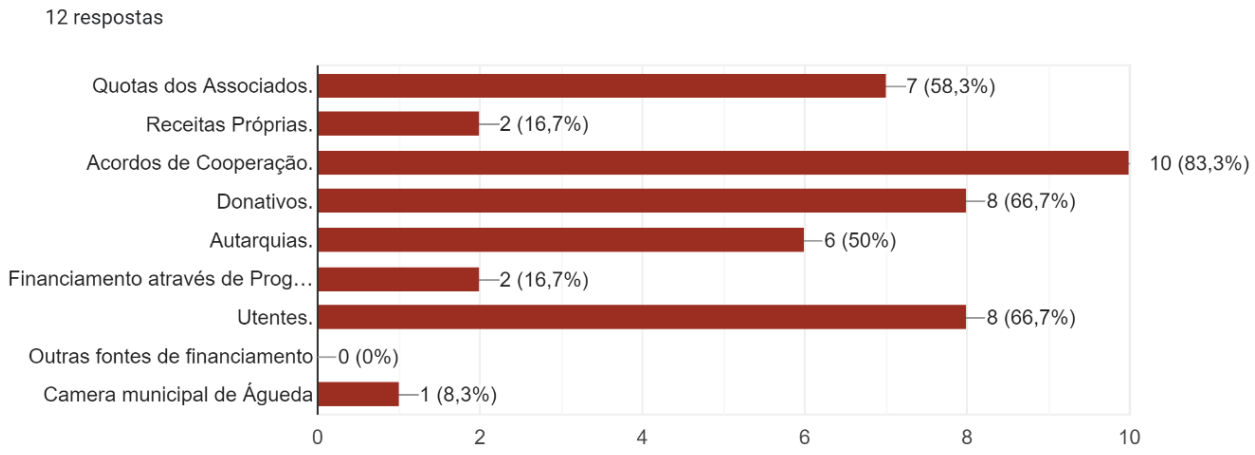


Gráfico 19 - Fontes de financiamento das Instituições respondentes.

5. Enquadramento dos Recursos Humanos

5.1 Trabalhadores Remunerados

"O emprego não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho remunerado com duração indeterminada, com salário regular, (…) conferiu um estatuto social ao trabalhador. O termo trabalho ficou associado à noção de emprego. Numa tentativa de esclarecer os conceitos, a nossa posição é de que o emprego equivale ao trabalho remunerado. O termo emprego pressupõe ainda a existência de diferentes estatutos"(Kovács, Casaca, Ferreira & Sousa, 2006)

Para auferir este estudo, efetuou-se um levantamento do número de trabalhadores, tendo em conta o tipo de vínculo contratual, nomeadamente, tempo parcial, tempo inteiro, contrato sem termo, contrato a termo e outros regimes.

Da análise retirada dos resultados obtidos, apresentados a seguir (Gráfico 20, Gráfico 21) verificámos que no total 440 trabalhadores, a maioria (50,2%) trabalha a tempo inteiro e apenas 2% a tempo parcial.

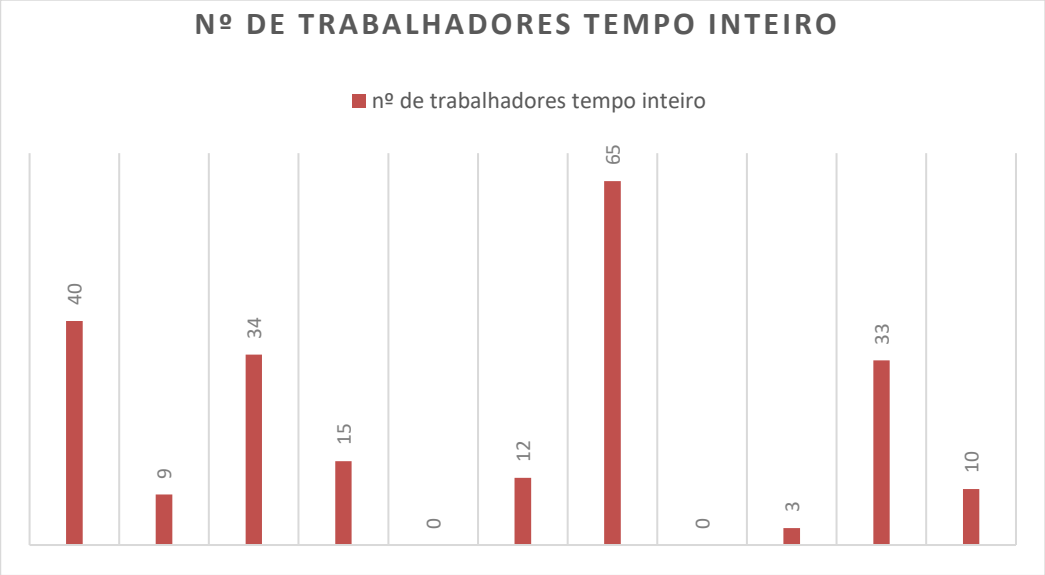


Gráfico 20 - Nº de trabalhadores a tempo inteiro das instituições respondentes.
Fonte: Elaboração Própria

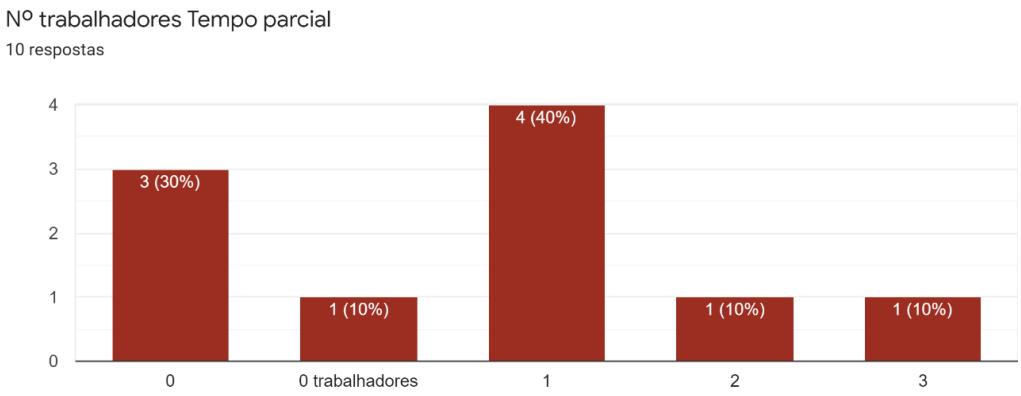


Gráfico 21 - Nº de trabalhadores a tempo parcial das Instituições respondentes.

A Tabela 7 resume o número de trabalhadores em %, por tipo de contrato para uma melhor análise.

Tabela 7 - número de trabalhadores em %.

Tipo de Contrato	Nº	%
Tempo Inteiro	221	50,2%
Contrato sem Termo	167	37,9%
Contrato a termo	34	7,7%
Outros Regimes	9	2%
Parcial	9	2%
Total	440	100%

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao tipo de contrato, a maioria dos trabalhadores (37,9%) tem um contrato sem termo, o que significa que têm um contrato sem uma duração pré-estabelecida (Gráfico 22).

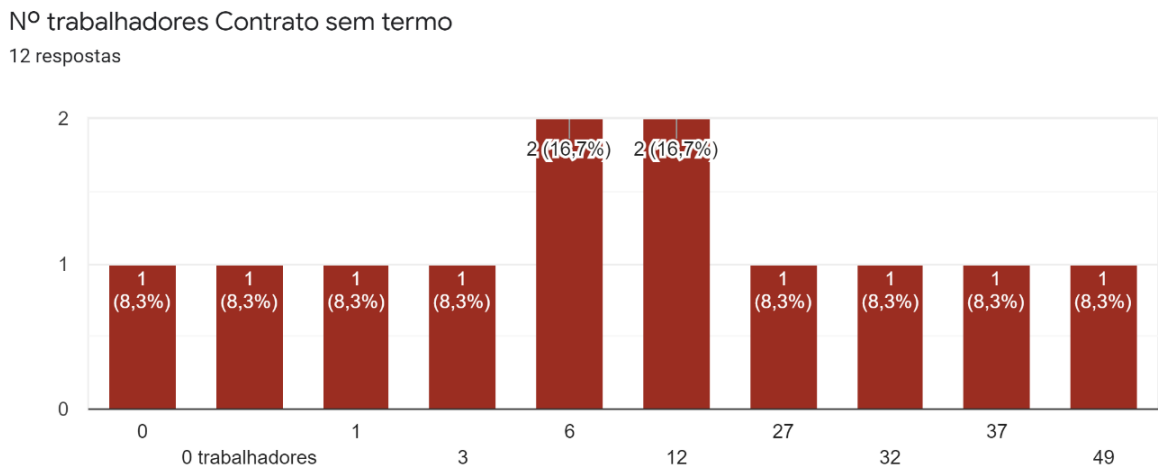


Gráfico 22 - Nº de trabalhadores a Contrato sem termo das instituições respondentes.

Quanto ao contrato a termo, tem uma representação pouco significativa (7,7%), sendo um contrato celebrado entre a entidade empregadora e o funcionário para fins de satisfação de necessidades temporárias da empresa (Gráfico 23).

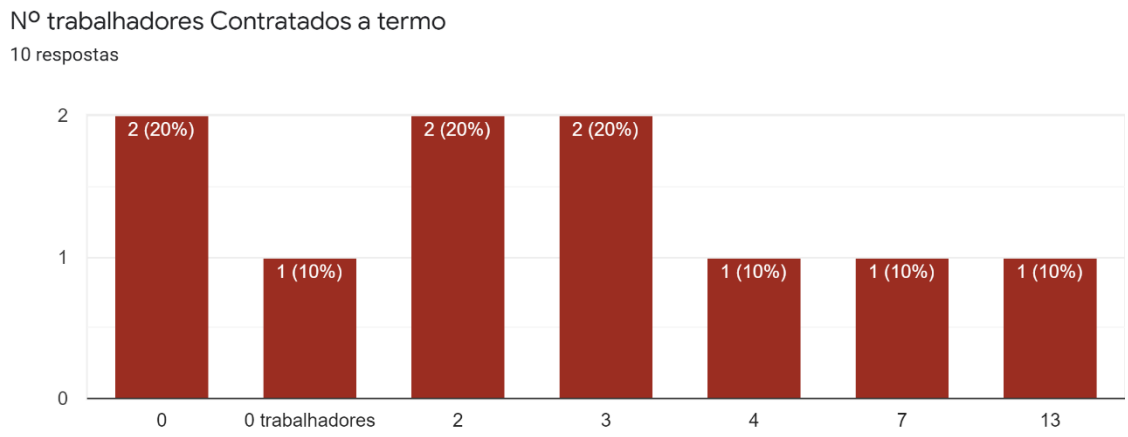


Gráfico 23 - Nº de trabalhadores a contrato a termo das Instituições respondentes.

Os Outros regimes, que incluem trabalhadores que estão em regime de prestação de serviços ou que se inserem no trabalho eventual, tem uma representação pouco significativa com um máximo de 3 instituições com 1 trabalhador a prestação de serviços (37,5%) (Gráfico 24).

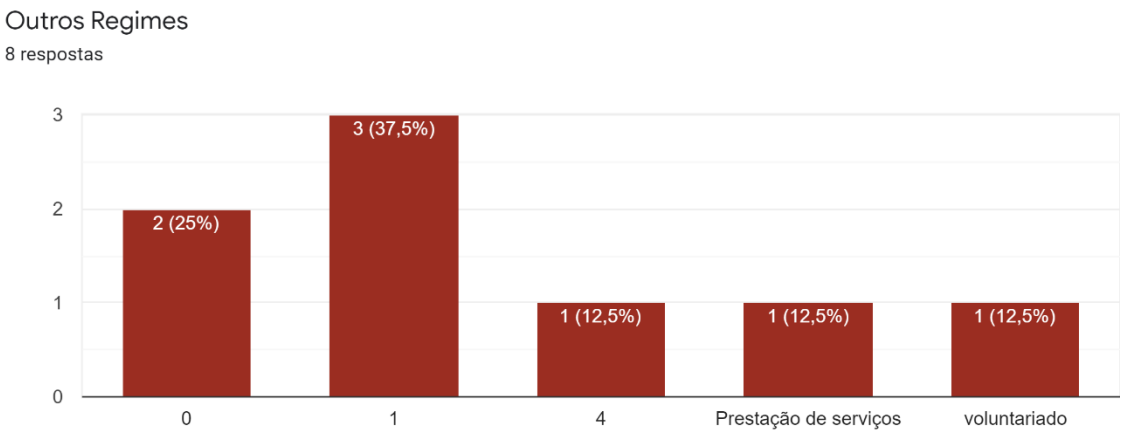


Gráfico 24 - Outros regimes.

5.2 Características dos trabalhadores remunerados

Relativamente à faixa etária dos trabalhadores remunerados das IPSS respondentes, podemos observar que nas idades inferiores aos 30 anos, 3 em 8 instituições contêm 2 trabalhadores nessa faixa etária (37,5%)(Gráfico 25).

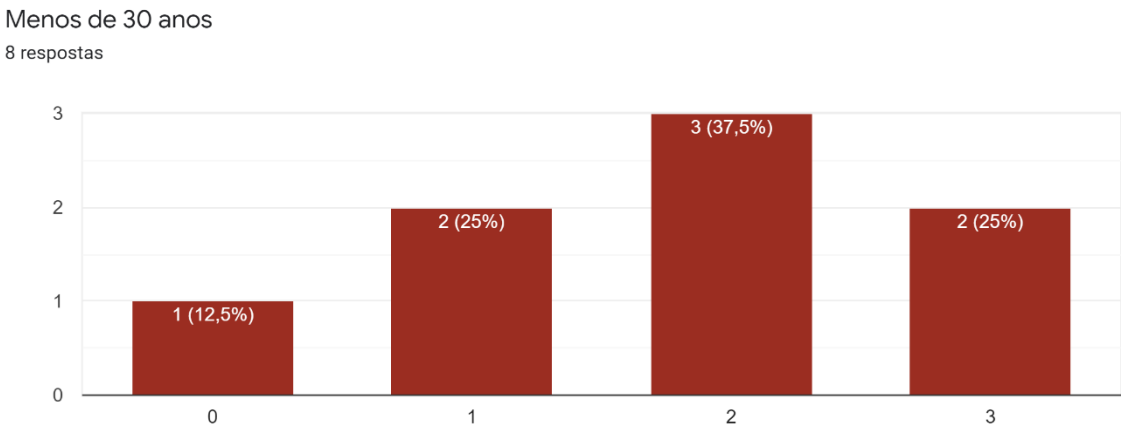


Gráfico 25 - Nº de trabalhadores remunerados com menos de 30 anos.

Na casa dos 30 a 44 anos de idade, podemos observar que 2 em 7 instituições respondentes apresenta 9 trabalhadores com idade compreendida nessa faixa etária (28,6%)(Gráfico 26).

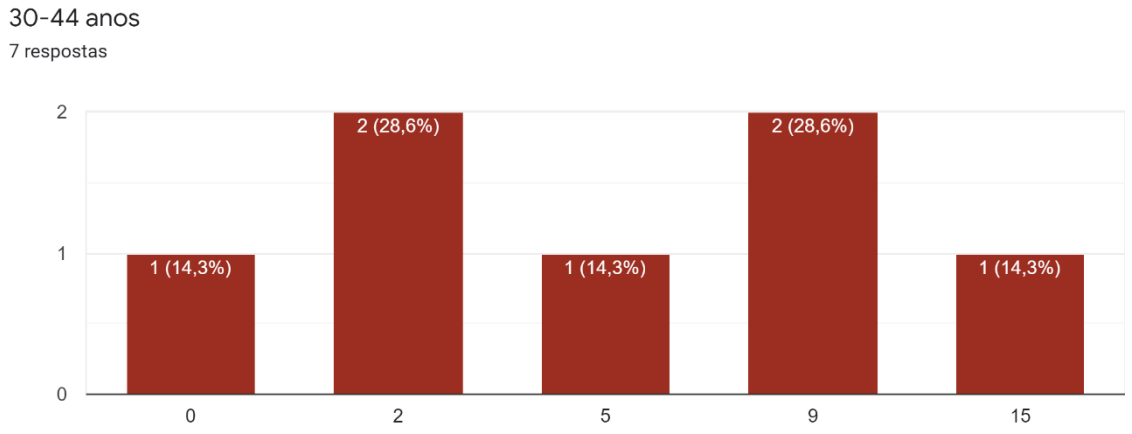
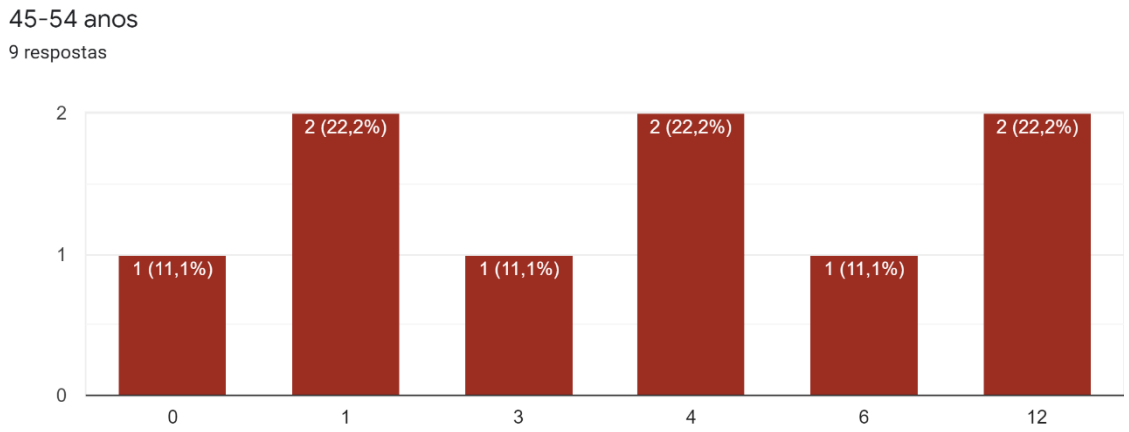


Gráfico 26 - Nº de trabalhadores remunerados com idade compreendida entre os 30-44 anos.

Para a casa dos 45 a 54 anos de idade, 2 em 8 instituições respondentes garantem 12 postos de trabalho nesta faixa etária (22,2%) (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Nº de trabalhadores remunerados com idades compreendidas entre os 45-54 anos.



Seguidamente, na faixa etária dos 55 aos 64 anos, 1 em 5 instituições respondentes possui 11 funcionários nesta condição etária (20%) e 2 em 5 instituições respondentes apresentam 0 trabalhadores nesta faixa etária (40%) (Gráfico 28).

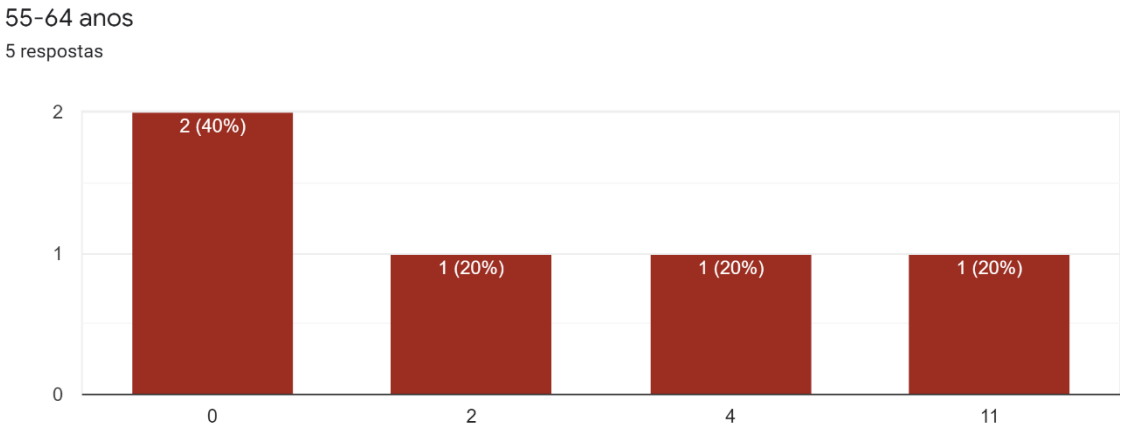


Gráfico 28 - Nº de trabalhadores remunerados com idade compreendida entre os 55-64 anos.

Por fim, na casa dos 60 ou mais anos, 2 em 4 instituições respondentes possuem, pelo menos, 1 trabalhador nesta condição etária (50%) (Gráfico 29).

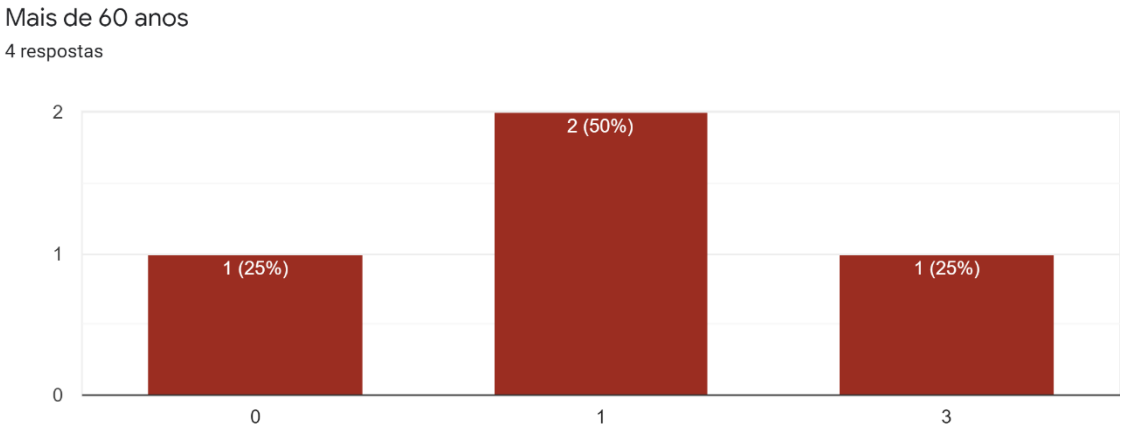


Gráfico 29 - Nº de trabalhadores com mais de 60 anos de idade.

A tabela seguinte descreve as percentagens por trabalhadores por grupo etário por forma a facilitar a analise e comparação entre faixas etárias (Tabela 8).

Tabela 8 - Distribuição de trabalhadores por grupo etário.

Grupo Etário	Nº	%
Menos 30 anos	12	10,3%
30-44 anos	42	36%
45- 54 anos	41	35%
55-65 anos	17	14,5%
Mais de 60 anos	5	4,3%
Totais	**117**	**100%**

Fonte: Elaboração Própria

Analisando agora o nível de escolaridade dos colaboradores das instituições respondentes, constata-se que para habilitações literárias inferiores ao 1º ciclo do ensino básico 5 instituições apresentam 0 trabalhadores com esta condição literária (100%) (Gráfico 30).

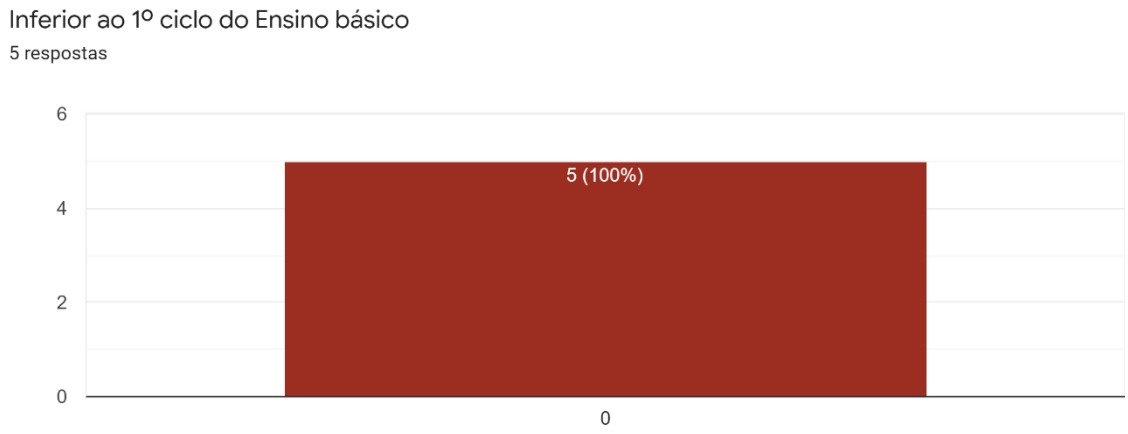


Gráfico 30 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico.

Para o 1º ciclo do Ensino básico (4º ano), 1 em 7 IPSS respondentes contêm 6 colaboradores com este nível de habilitações (14,3%) (Gráfico 31).

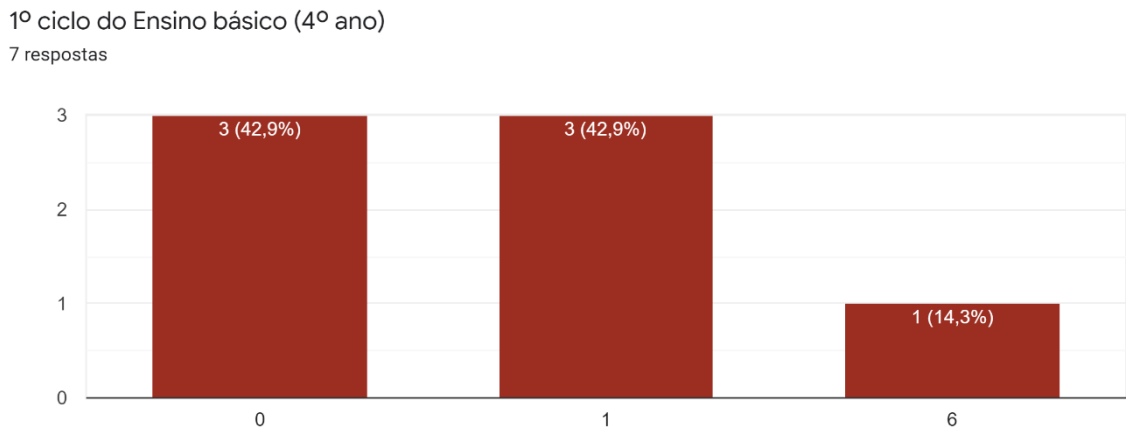


Gráfico 31 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias -1º ciclo do Ensino Básico (4º ano).

Relativamente ao 2º ciclo do ensino básico (6ºano), 2 em 5 IPSS apresentou 1 colaborador neste nível de habilitações (40%) (Gráfico 32).

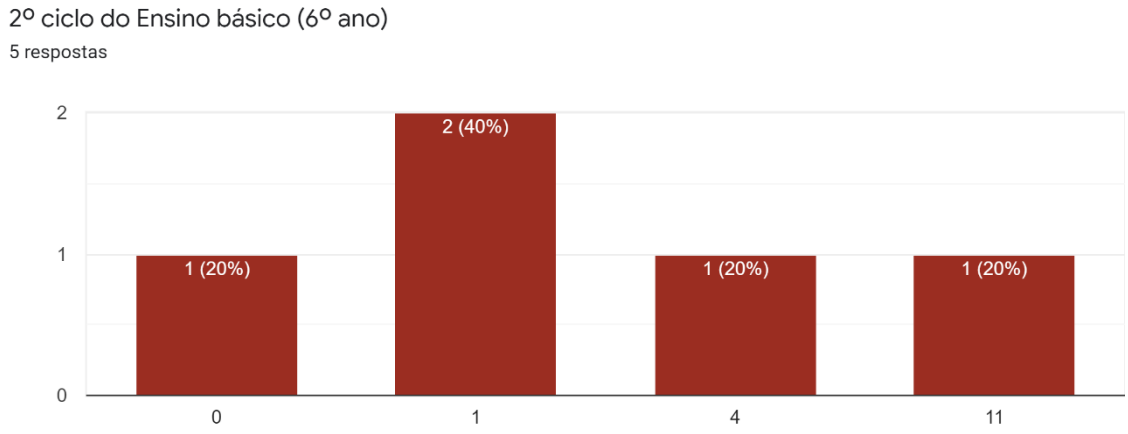


Gráfico 32 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias -2º ciclo do Ensino Básico (6º ano).

Seguidamente, analisando o 3º ciclo do ensino básico (9º ano) 2 em 7 IPSS respondentes possuem 7 colaboradores nesta condição literária (28,6%) (Gráfico 33).

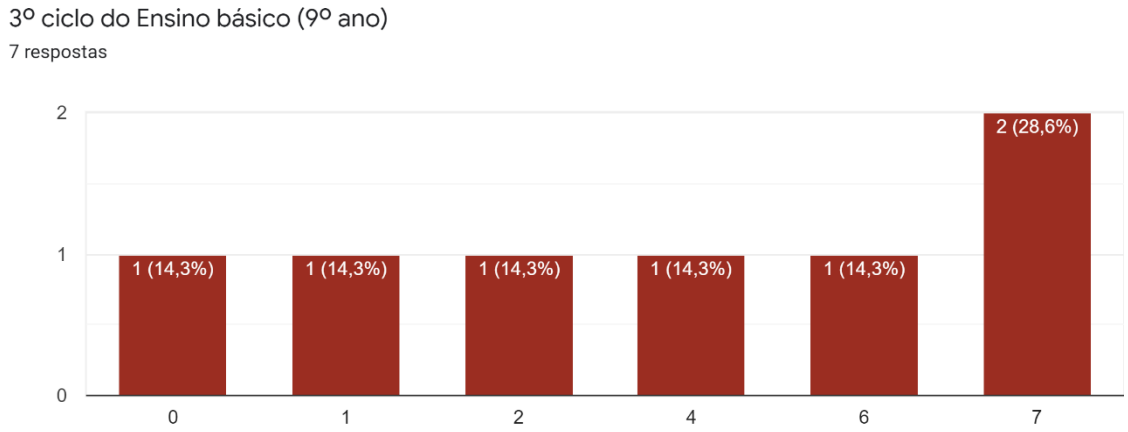


Gráfico 33 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias -3º ciclo do ensino básico (9º ano).

Na condição literária do ensino secundário (12º ano) e cursos de escolas profissionais, 3 em 9 IPSS respondentes abrangem 1 colaborador nesta condição literária (33,3%) (Gráfico 34).

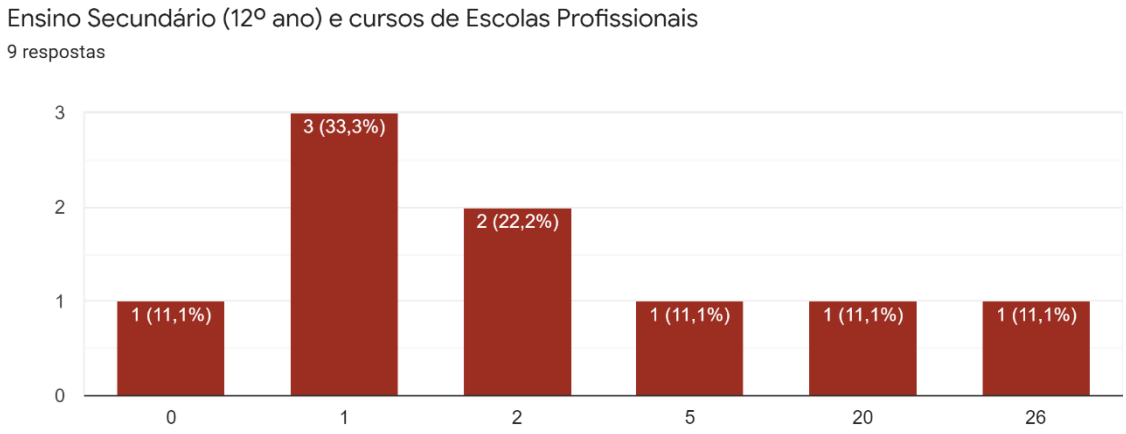


Gráfico 34 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias – ensino secundário (12º ano) e cursos de escolas Profissionais.

Finalmente, para a condição literária Ensino Superior das 9 IPSS respondentes 2 apresentam 2 colaboradores nesta condição (22,2%) (Gráfico 35).

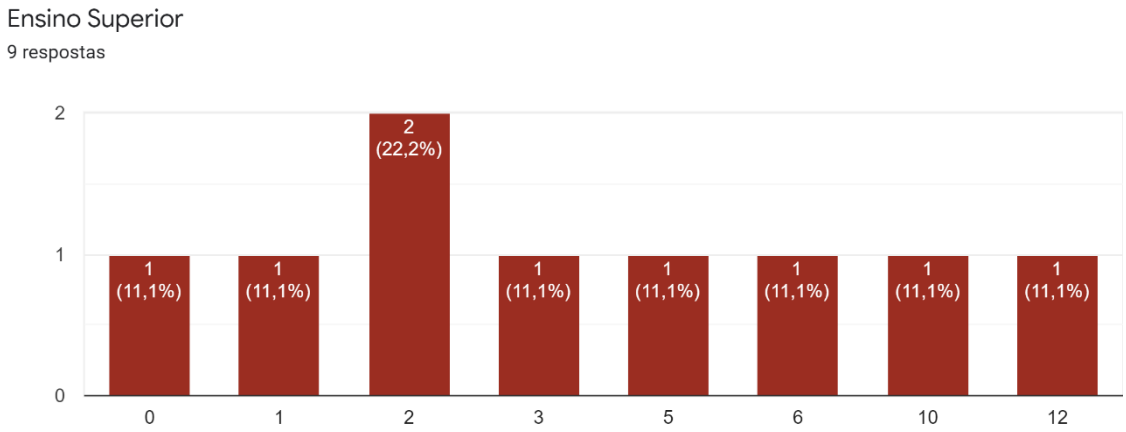


Gráfico 35 - Nº de trabalhadores com habilitações literárias – ensino superior.

5.3 O enquadramento do trabalho voluntário nas IPSS

Compreende-se que a presença/ação de voluntários num grande número de instituições leva a repensar a noção e a perceção do próprio conceito de emprego na área da ES. Pois, sabe-se que o voluntariado e o emprego se encontram intimamente ligados.

Atualmente, observa-se uma grande formalização do voluntariado é uma preocupação em aumentar os níveis de participação da sociedade em Portugal, considerados reduzidos quando comparados com os outros países europeus.

Com base neste pequeno enquadramento teórico, a medição do trabalho voluntário foi empiricamente observada, revelando os dados obtidos da população analisada que, das 12 entidades, 6 referem que enquadram trabalhadores voluntários na organização (50%) e 6 referem não terem voluntários (50%) (Gráfico 36).

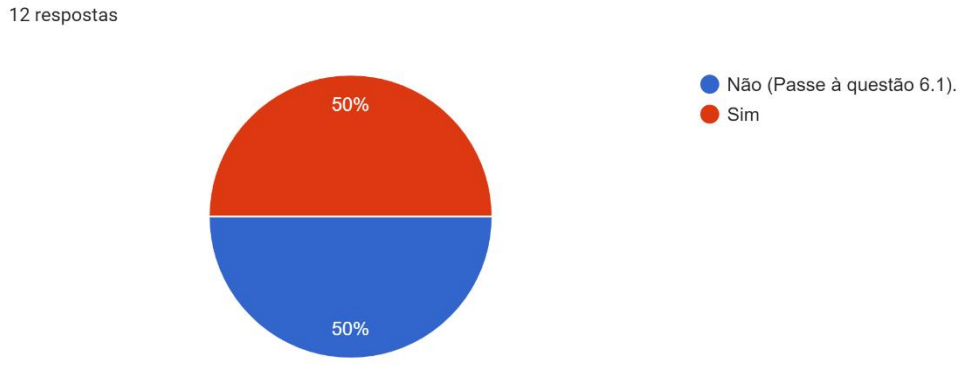


Gráfico 36 - Nº de colaboradores voluntários integrados das instituições respondentes.

Das 6 instituições respondentes que afirmaram ter trabalhadores voluntários, na faixa etárias dos menos 30 anos, 2 instituições apontam ter 1 voluntário nesta condição etária (50%) (Gráfico 37).

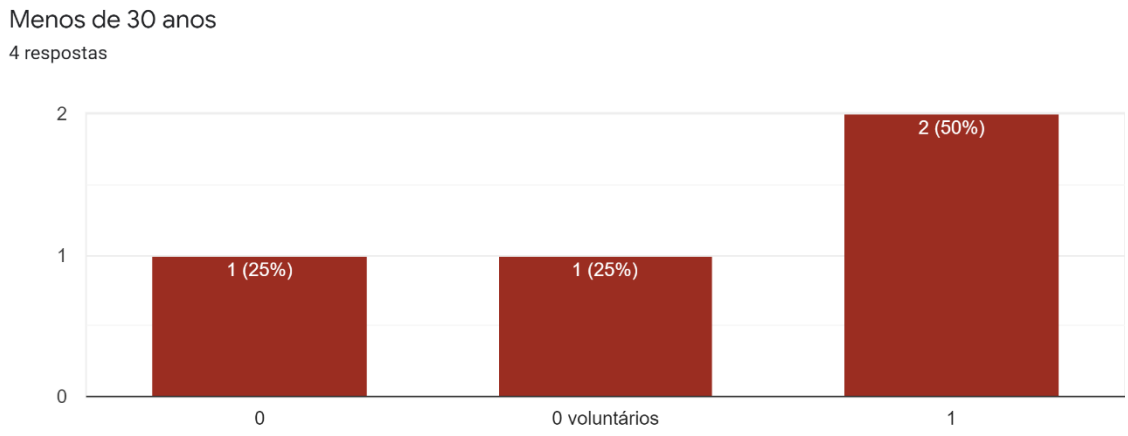


Gráfico 37 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes com menos de 30 anos de idade.

Seguidamente, podemos analisar que na condição etária dos 30-44 anos de idade, 1 instituição respondente apresenta 4 trabalhadores voluntários (25%) nesta condição etária (Gráfico 38).

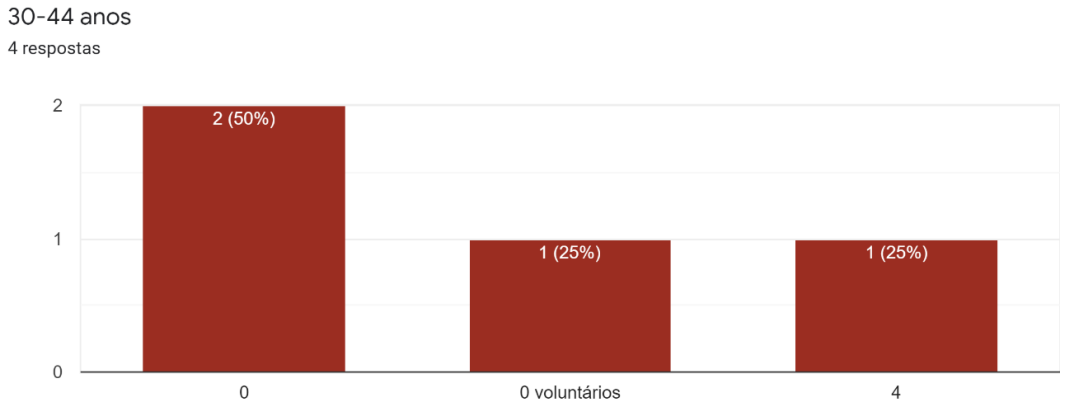


Gráfico 38 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes compreendidos entre 30-44 anos de idade.

Para a faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade, 1 em 4 instituições respondentes, apresentaram 2 trabalhadores voluntários nesta condição etária (Gráfico 39).

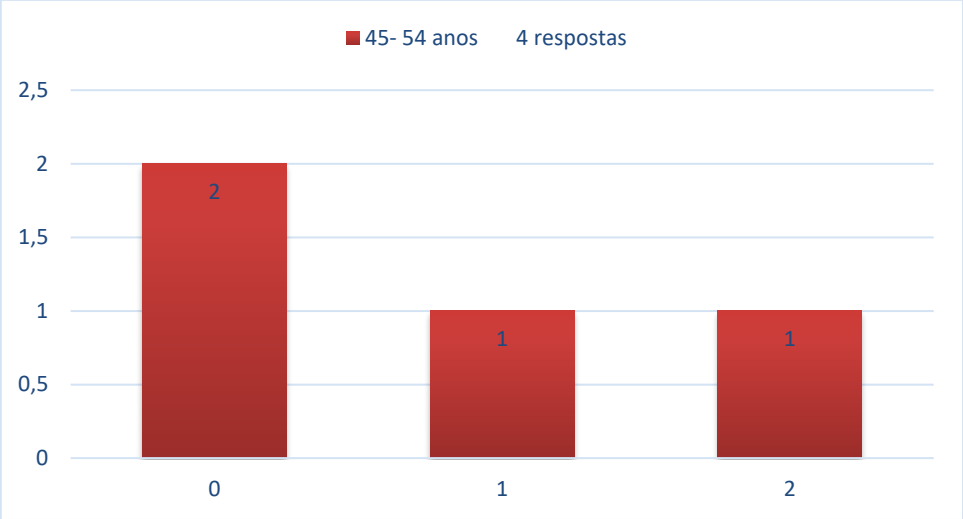


Gráfico 39 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes compreendidos entre 45-54 anos de idade.

Para a classe etária dos 55 aos 65 anos, observou-se que nenhuma das 3 instituições respondentes apresentavam trabalhadores voluntários nesta condição etária (Gráfico 40).

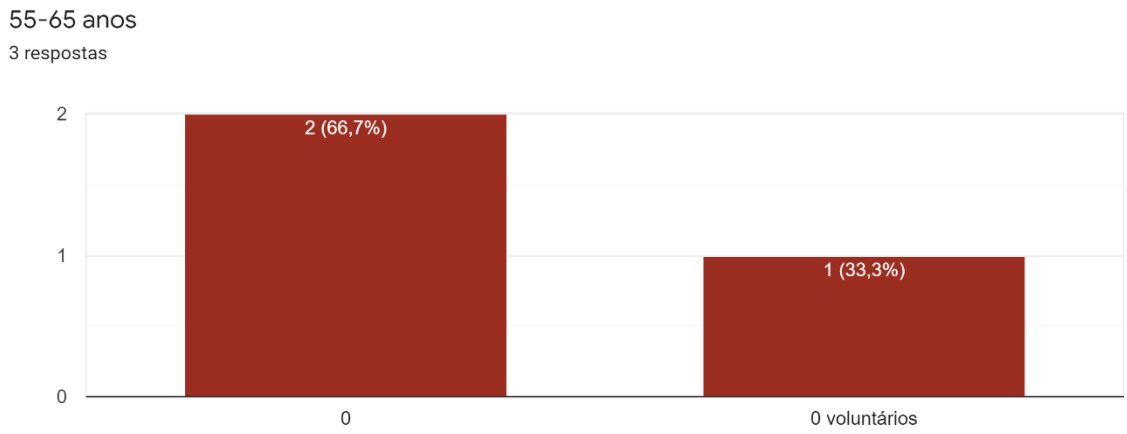


Gráfico 40 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes compreendidos entre 55-65 anos de idade.

Por fim, na faixa etária dos 65 e mais anos, 1 instituição das 6 respondentes referiu possuir 20 trabalhadores professores voluntários e 5 elementos da Direção (Gráfico 41).

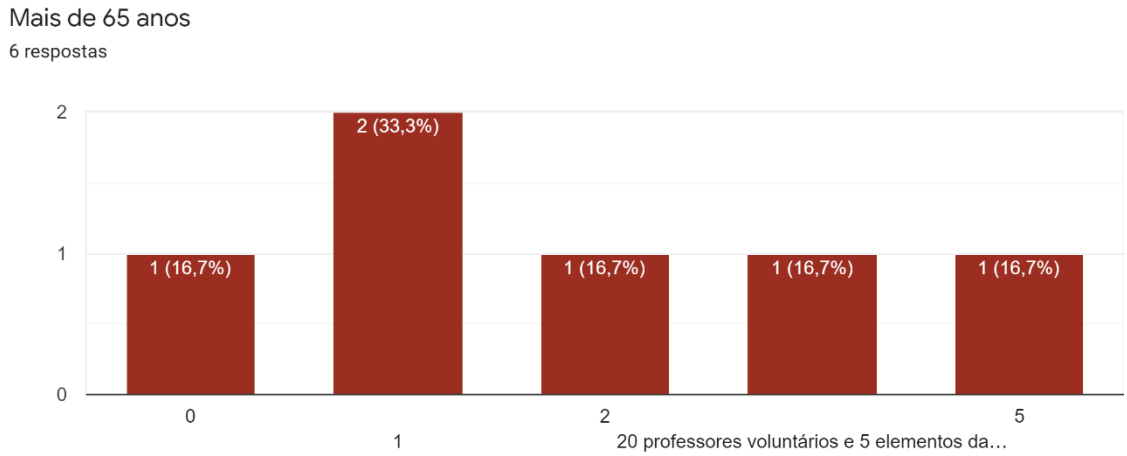


Gráfico 41 - Nº de trabalhadores voluntários das instituições respondentes com mais de 65 anos de idade.

No que concerne ao tempo dedicado pelos voluntários às entidades mostra-se uma variável importante na caracterização deste tipo de trabalho, considerando apenas as que envolvem trabalhadores voluntários. A presença dos voluntários nas IPSS ocupa em termos de média de horas semanais 5 horas de trabalho, como se observa no gráfico 37, relativas a 7 instituições respondentes (Gráfico 42).

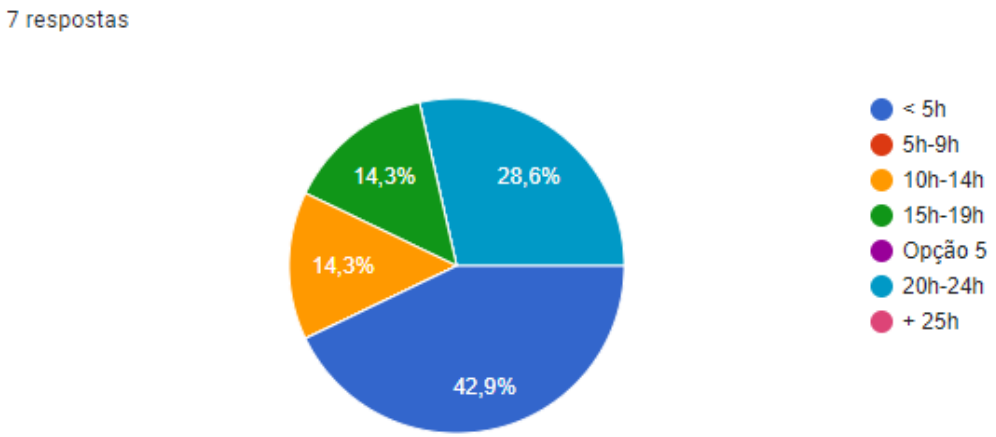


Gráfico 42 - Nº de Horas prestadas por trabalhador voluntário das instituições respondentes.

Em relação ao concelho de Águeda, das 7 instituições respondentes, verificamos precisamente que as principais atividades estão ligadas à direção da organização (57,1%).

Como atividade secundária mais representativa dos voluntários temos as atividades técnicas (28,6%) (Gráfico 43).

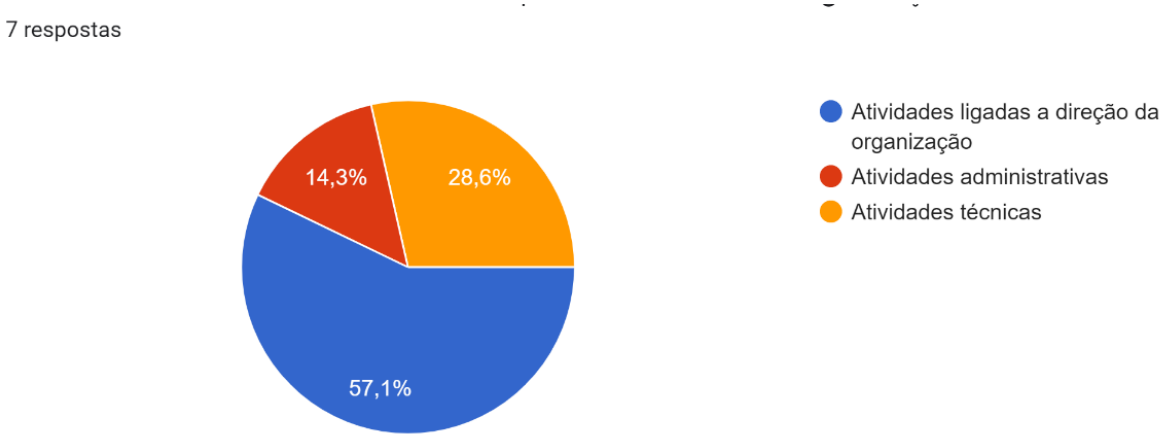


Gráfico 43 - Atividades desenvolvidas pelos trabalhadores voluntários nas instituições respondentes.

Das IPSS estudadas, o trabalho dos voluntários constitui uma valorização para a organização, já que contam com a sua experiência, sendo que este parâmetro obteve uma

consideração muito importante para a totalidade das IPSS do estudo, com 6 instituições respondentes, que enquadram voluntários.

O trabalho voluntário é também uma vantagem financeira, uma vez que envolve poucos encargos. Das respostas das instituições respondentes verifica-se que 4 IPSS consideram muito importante, e as restantes 2 consideram importante.

Para Salamon (1996, citado por Reis, 2003, p.196), "o terceiro sector beneficia da atividade de trabalhadores voluntários, os quais adicionam às organizações uma produção raramente contabilizada. O Voluntariado constitui, pois, uma dimensão acrescida nas operações do terceiro sector constituindo uma força económica importante".

Para além de tentarmos perceber a importância do voluntariado para as IPSS, também considerámos importante compreender, ainda que do ponto de vista organizacional, qual a importância do voluntariado para os próprios voluntários. Nesta lógica, e após a análise das variáveis que identificam o trabalho voluntário, a saber "Como uma forma para aceder a futuros postos de trabalho", "Constitui uma via de inserção social", "Permite obter prática profissional e melhorar o currículo", - constatamos que a maioria das instituições respondentes consideraram ser Muito importante e Importante esse trabalho (Gráfico 44).

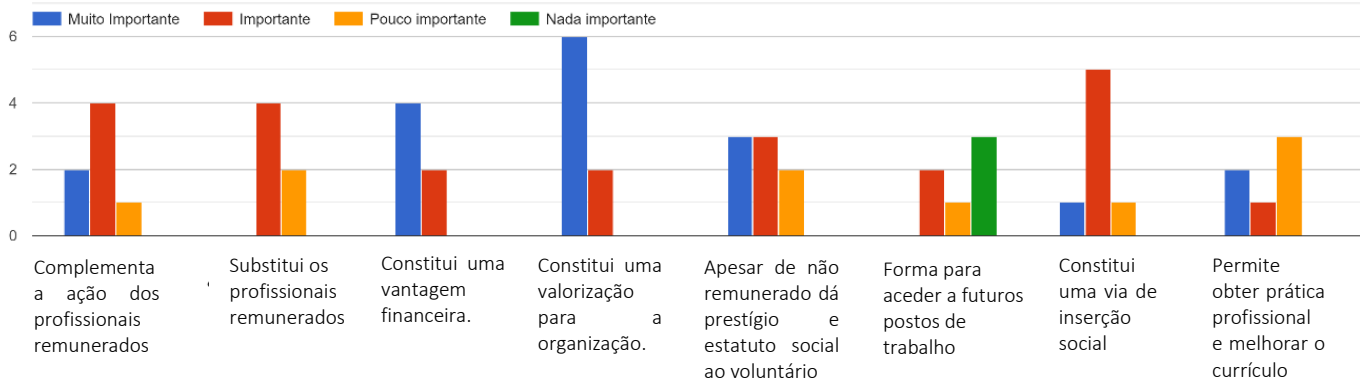


Gráfico 44 - Importância do trabalho voluntário das instituições respondentes.

6. A perceção das IPSS do concelho de Águeda face ao emprego

Relativamente à importância da atuação da organização no domínio do emprego, verificasse que as IPSS estudadas, no domínio da remuneração dos colaboradores, das 12 instituições respondentes, 3 indicam que os vencimentos seguem os níveis praticados no mercado e 2 apontam que os vencimentos são fixados em função do equivalente à função pública.

Perante a gestão dos horários de trabalho na organização, as IPSS referiram que para todos os trabalhadores os horários de trabalho são flexíveis (5), para alguns dos trabalhadores os horários são fixos (6). Para nenhum dos trabalhadores existe a possibilidade de o trabalho na organização acontecer durante o período de férias (6).

Como ações a considerar para implementar por forma a que a IPSS permita assegurar os fins a que se propõe, indicaram ser muito necessário possibilitar a admissão de voluntários na organização (3) e melhorar os níveis remuneratórios (3). Consideraram, também, como necessário facilitar a progressão na carreira (5), (este domínio foi apontado como já implementado por 4 das instituições), e contratar trabalhadores com maior habilitação (5). Para o nada necessário foi apontado contratar trabalhadores com maior habilitação, contratar trabalhadores com maior qualificação e promover uma maior extensão das funções exercidas pelo trabalhador (4).

Ao questionar a IPSS sobre a importância da sua atuação no domínio do emprego, obteve que como resultados: muito importante a contribuição para a diminuição do desemprego na zona de abrangência (3), considerado como importante permitir a oportunidade de emprego (9), como pouco importante ter a capacidade de criação de novas formas de trabalho não remunerado (8) e como nada importante ter a capacidade de criação de emprego em áreas de inovação (3). Da análise aos dados obtidos constata-se que esta perceção é bastante positiva, na medida em que as IPSS valorizam bastante o seu contributo em todos os domínios indicados.

Como classificação da importância das IPSS em geral no domínio do emprego, obteve-se como resultados, nomeadamente, considerado muito importante ter a capacidade de criar emprego em áreas de atuação inovação (5), contribuir para a diminuição do desemprego na zona de abrangência (5), e permitir a oportunidade de

emprego (5). Como importante obteve-se contribuir para empregar pessoas com menos qualificações (9) e permitir a criação de emprego estável (8). Ainda como pouco importante consideram ter a capacidade de criar novas formas de emprego não remunerado (4).

Capítulo Cinco – Discussão de Resultados

Neste capítulo será feita a discussão dos resultados apresentados no capítulo anterior, bem como, a sua contestação com as considerações teóricas dos autores apresentados nos capítulos anteriores.

Relembrando a questão de partida da dissertação de mestrado: *"Qual a realidade apresentada pelas IPSS do concelho de Águeda?", e* relacionando-a com os resultados obtidos através do questionário, percebemos que estas se baseiam apenas na perceção que as chefias, dirigentes ou técnicos, entre outros setores administrativo, que se encontram à frente das IPSS, têm acerca das instituições em que se inserem. Assim, não são generalizáveis a todas as IPSS do país, nem a outros estudos, pois foram apenas obtidas respostas de uma pequena amostra limitada de uma área geográfica, e além disso, são baseadas em opiniões pessoais.

Um dos pontos a ressaltar relaciona-se com o facto das IPSS não funcionarem de forma isolada, pois existem outros *Stakeholders* com os quais estabelecem protocolos de cooperação, como a Segurança Social, as Câmaras Municipais, outras IPSS, o IEFP, as Escolas, Juntas de Freguesia e até Universidades. Portanto, envolvem-se com os agentes locais de forma a desenvolver os seus interesses e a assegurar respostas que, sem estes intervenientes, não conseguiriam levar a cabo as suas intenções.

É essencial a existências destas colaborações, pois como refere Quintão (2004), as IPSS existem para lutar contra a exclusão social, promover o desenvolvimento local e regional e criar coesão e inovação social. Devido ao agravamento da pobreza, originou-se o surgimento deste setor através da criação de novas respostas para satisfazer as necessidades sociais, bem como, criação de projetos sociais e económicos alternativos à economia de mercado, que posteriormente reafirmaram o potencial do Terceiro Setor, Saúde, Educação, Direitos Civis, Desporto, Ambiente, Proteção, Inovação, desenvolvendo de novas formas de trabalho em rede e parcerias, autónomas do sector público e do setor privado (Quintão, 2004).

Outra vertente do estudo, permitiu analisar que a maioria das IPSS do concelho de Águeda ambicionam para o seu futuro a construção/ampliação ou a requalificação das suas infraestruturas, permitindo o desenvolvimento local e regional. No que concerne às parcerias, o concelho privilegia as autarquias (81,8%), bem como as articulações com as

Associações (63,6%) e Empresas Locais (57%). Parente os resultados obtidos, percebemos que 50% das instituições respondentes apresentam projetos para o futuro, e ainda que, 58,3% têm parcerias locais, nomeadamente, com autarquias e associações, confirmando assim as considerações teóricas referidas acima, tal como apontado pelo Plano Diretor Municipal[1], onde referem a promoção das parcerias, inovação e desenvolvimento local, regional e social por parte das IPSS.

Para Quintão (2004), e perante o ponto de vista económico, as IPSS surgem para produzir bens e serviços em diversas áreas de âmbito económico, nomeadamente, serviços sociais, saúde, ambiente, cultura, educação, desporto, inserção social e profissional da população desfavorecida entre outros serviços de proximidade. Nos últimos tempos, as empresas sociais têm dinamizado novas áreas no mercado, novos produtos, novos mercados em resposta a diversas necessidades sociais não satisfeitas pelos setores públicos ou privado e lucrativo (Quintão, 2004). Analisando os resultados obtidos, com um total de 1102 vagas de serviços prestados, os serviços existentes dão respostas a quase 2,4% do total da população respondente, sendo as creches (215 utentes) e estabelecimentos de educação pré-escolar (235 utentes) onde se concentra o maior número de utentes, seguindo-se os centros de atividades de tempos livres (210 utentes) e o serviço de apoio domiciliário (115 utentes).

Ainda no que concerne aos serviços e equipamentos que as IPSS do concelho disponibilizam, verificou-se uma lista de espera das instituições respondentes de 194 utentes, principalmente que os serviços e equipamentos de apoio à infância e juventude apresentavam uma lista de espera de 69 crianças para creche e de 23 crianças para o estabelecimento de educação pré-escolar. Também nos serviços e equipamentos de apoio a idosos, mais concretamente, em Lar de idosos, existe uma lista de espera de 67 utentes e ainda nos serviços de apoios à Deficiência e Reabilitação uma lista de espera de 10 utentes para lar residencial. Face ao exposto, não conseguimos concluir qualquer resultado

[1] As instituições do poder local, Autarquia e Junta de Freguesia, são as que têm maior peso, representando em conjunto 50% do total de parcerias identificadas pelas associações, o que mostra bem a importância conferida pelas associações a estas instituições, privilegiando-as de forma considerável (Plano Diretor Municipal, 2009).

relativamente aos serviços e equipamentos prestados à comunidade, pois para tal era necessário obter respostas da amostra total. Contudo, o Plano Diretor Municipal de Águeda, verifica-se a existência de carências ao nível dos equipamentos e serviços prestados, deixando aqui abertura para investimento futuro por parte das associações, pois este facto assume bastante relevância na área da saúde e bem-estar dos munícipes (Plano Diretor Municipal, 2009).

Sabe-se também que o setor social cumpre um papel particularmente importante na integração social e profissional de indivíduos que se encontram à margem do mercado do trabalho através da criação de emprego, na conservação de postos de trabalho em setores ou empresas em crise, na transferência de empregos da economia paralela para a oficial (CIRIEC, 2007). Perante os resultados obtidos no âmbito do emprego e estabilidade laboral, 50,2% dos trabalhadores permanecem a tempo inteiro e 30,7% apresentam um contrato de trabalho sem termo. No que respeita às faixas etárias, observou-se que nas IPSS respondentes, existe um maior número de trabalhadores entre os 30-44 (36%), os 45-54 (35%) e ainda 55-56 anos de idade (14,5%), e que os tipos de trabalhadores nestas instituições caracterizam-se também por níveis de habilitações literárias relativamente baixos (9º ano), ou seja, este tipo de instituições evidenciam um dinamismo no recrutamento de trabalhadores com vínculo de trabalho efetivo e a tempo inteiro, com contratos de trabalho sem termo, o que permite corroborar a ideia de inserção das pessoas em idade ativa e permitem a estabilidade laboral.

Segundo Salamon (citado por Reis, 2003, p.196), "o terceiro sector beneficia da atividade de trabalhadores voluntários, os quais adicionam às organizações uma produção raramente contabilizada. O Voluntariado constitui, pois, uma dimensão acrescida nas operações do terceiro sector constituindo uma força económica importante". Na esfera do voluntariado, os resultados obtidos, permitiram apurar e corroborar as considerações teóricas, observou-se a presença de voluntários em quase metade das entidades estudadas, onde a faixa etária dos 65 ou mais anos apresentou um total de 28 voluntários das instituições respondentes, destacando-se a existência de uma organização com a participação de 20 professores voluntários e 5 membros da Direção. Os trabalhos voluntários desenvolvem-se com tempo de permanência até 5 horas semanais de tempo de trabalho (42,9%) e a sua participação está fundamentalmente relacionada com atividades ligadas à direção, organização da instituição e atividades técnicas (54,5%).

Podemos então corroborar as considerações teóricas, pois o trabalho dos voluntários constitui uma valorização para a organização, já que contam com a sua experiência e permitem a inserção sociais da faixa etária mais avançada, sendo que este parâmetro obteve uma consideração "muito importante" para a totalidade das IPSS do estudo.

Como já referido acima nas considerações teóricas, um dos grandes desafios que se coloca à gestão deste tipo de organizações da Economia Social prende-se com o aumento do financiamento e a diversificação das fontes de receita, criando assim espaço para novas ofertas de bens e serviços a sociedade, num contexto de crescimento e afirmação (Nicolau, 2008), pelo que olhando para os resultados obtidos percebemos que os recursos financeiras deste tipo de instituições são principalmente os acordos de cooperação com o I.S.S., financiamento externo (83,3%), e as comparticipações vindas dos utentes que usufruem dos serviços, financiamento interno (63,6%). Contudo o Plano Diretor Municipal, as dificuldades financeiras continuam a ser os principais constrangimentos que estas apresentam (Plano Diretor Municipal, 2009) .

No capítulo seguinte serão retiradas as conclusões e considerações finais do estudo realizado.

Capítulo Seis - Considerações Finais e Conclusão

A presente investigação desenvolveu-se com intuito de contribuir para um melhor reconhecimento sobre as potencialidades e características das IPSS, bem como, para o aumento do conhecimento sobre a realidade das Instituições Sociais no domínio da Economia Social.

O decorrer do desenvolvimento teórico deste estudo, debruçou-se sobre o conceito de Economia Social, na medida em que se procurou efetuar uma leitura aproximada à realidade portuguesa. Para além disso, o estudo permitiu também consolidar conhecimento importante acerca das IPSS, incidindo o estudo empírico na identificação das principais características das IPSS do concelho de Águeda.

Em termos de distribuição das Instituições pelo concelho, apesar do estudo não permitir apurar a total distribuição, a União de freguesias de Águeda e Borralha apresentou 4 IPSS, facto que vai de encontra com a densidade populacional da União de Freguesias do Águeda e Borralha.

Para terminar, compreende-se que os resultados deste estudo permitiram perceber que as IPSS têm um papel muito importante no concelho de Águeda tal como refere o Plano Diretor Municipal do concelho, uma vez surgem de forma complementar ao Estado, colmatando algumas falhas, no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades sociais e de saúde da população, pois permitem a criação de emprego atingindo a estabilidade laboral e contratual, assim como, permitindo a participação de voluntários nas suas atividades e da comunidade, pelo que, contribuem para o desenvolvimento local, a inovação e integração social. Conclui-se também que estas instituições necessitam de financiamento externo para suprimir as suas despesas e atingir os seus objetivos.

Tendo em conta que a Economia Social do Concelho é uma realidade que ainda se encontra pouco fundamentada e investigada, consideramos que este estudo se torna pertinente, na contribuição para um maior conhecimento desta realidade.

Pensa-se que este estudo é de utilidade social, na medida em que apresenta a realidade das IPSS, identifica as suas necessidades, recursos sociais e de saúde, aprofundando áreas consideradas importantes para o desenvolvimento local, permitindo às entidades competentes terem uma informação de referência fundamentada.

Reconhecem-se a existência de algumas limitações no estudo. Uma delas, devido à atual situação pandêmica mundial da Covid-19, considera-se que os resultados foram negligenciados no âmbito das respostas obtidas ao questionário aplicado, uma vez que os recursos humanos destas respostas sociais se encontram completamente absorvidos pelos esforços exigidos pelo panorama atual.

Por outro lado, a escassez de sistema estatístico no domínio das IPSS em Portugal, nomeadamente no concelho de Águeda, pois devido a esta limitação não conseguimos apurar se as IPSS concelhias suprimem as necessidades sociais e de saúde ao nível da prestação de serviços.

Outra limitação prende-se com o facto do questionário utilizado não ser validade por entidade de referência, apesar de ter sido recolhido de dissertação para obtenção de grau de mestre com o mesmo objetivo de estudo no âmbito da Economia Social.

Também com o nível de profundidade atribuído à investigação, pois o estudo efetuado poderia ser mais aprofundado e até alargado a outras áreas geográficas. Uma metodologia de natureza apenas qualitativa poderia ajudar a explorar melhor algumas questões que ficaram por dar resposta. Por ser uma área recente, um dos obstáculos encontrados está relacionado com a falta de bibliografia científica existente na área da Economia Social.

Por forma a poder contribuir para o desenvolvimento desta área do saber, considera-se de elevada importância a possibilidade de existência de uma continuidade do trabalho na área e alargamento a outras áreas geográficas, para conhecer melhor esta vertente da Economia Social. Por outro lado, seria igualmente interessante poder-se desenvolver um novo estudo semelhante a este, mas aplicado a todas as Organizações da Economia Social, para além das socais.

Bibliografia

Almeida, V. (2011). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social Governação e Terceiro Sector* (Almedina, Ed.). Almedina.

Angermann, A., & Sittermann, B. (2010). Volunteering in the European Union - An Overview. *Observatory for Sociopolitical Developments in Europe*, (2), 18. Retrieved from http://www.sociopolitical-observatory.eu/fileadmin/user_upload/Dateien/Veroeffentlichungen/Working_Papier_no_2_Observatory_Volunteering_in_the_EU_Overview.pdf

Assembleia da República. (1998). Lei nº. 71/98, de 3 de Novembro. *Diário Da República*, 5694–5696.

Autoridade Tributária e Aduaneira. (2015). Setor Social e Solidário. *Direitos e Deveres Fiscais*, pp. 1–30. Retrieved from http://www.seg-social.pt/documents/10152/2ccc8eeb-febb-4f7d-9e45-cd501b165e5c

Balon, K., Coheur, A., & Jahier, L. (2017). *Evolução recente da economia social na União Europeia*. 1–26.

Barañano, A. M. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão: Manual e apoio à realização de trabalhos de investigação.* (Edições Sí).

Barbedo, Â., & Bandeira, A. M. (2014). Economia Social: m pilar para combater a atual conjuntura económica e social. *Atas Do XVI Encontro AECA*, 1–21.

Bruto, A., & Social, E. (2019). *Conta Satélite da Economia Social Terceira Edição da CSES*. 1–25.

Caeiro, J. M. C. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálysis*, *11*(1), 61–72. https://doi.org/10.1590/s1414-49802008000100006

Câmara Municipla de Águeda. (2014). *Diagnostico Social*.

Campos, M. C. (2005). Economia Social, uma outra forma de empreender. *Jornal de Animação Da Rede Portuguesa*.

Carvalho, A. D. C., & Viriato, R. (2010). *Cases- Conta Satelite Economia Social*.

CIRIEC. (2017). A Economia Social na União Europeia. *Comité Económico Social Europeu*, 1–30.

Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro. (1983). *Diário Da República, I SÉRIE Nº46*, pp. 643–656. Retrieved from

https://dre.pt/https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/7669application/conteudo/311401

Diário da República. (1990). Decreto-lei nº72/90. *I SÉRIE Nº52,* 903–914.

Diário da República. (1991). Decreto lei nº321/91. *I SÉRIE-A Nº254*, 4416–4425.

Diário da República. (1996). Decreto Lei nº51/96. *I SÉRIE-A N.º208*, 3018–3032.

Diário da República. (2007). Decreto-Lei nº64/2007 de 14 de Março. *I SÉRIE— Nº 52*, pp. 1607–1613. Retrieved from http://www.dgcc.pt/anexos/decreto-lei 65-2007 de 14 de marco (187 KB).pdf

Dooley, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources*, 335–354.

Evans, J. e M. A. (2005). *The value of online surveys. Internet Research*. 195-219.

Fernandes, L. & Gomes, J. (2003). *Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais - Características e modalidades de investigação.*

Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). O Sector não Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada. In *Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa & Johns Hopkins University*.

Fricker, S.; Galesic, M.; Tourangeau, R.; Yan, T. (2005). *An Experimental Comparison of Web and Telephone Surveys. Public Opinion Quarterly*. *v. 69*, n., 370–392.

Gaiger, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *LXXXI*, 81–99.

Gomes, N. (2012). *Os Projetos Organizacionais da Economia Social no Contexto da Crise Atual*. 118.

Grupo de Estudos PDM. (2009). Plano Diretor Municipal de Águeda - Revisão- Estudos Sectoriais: Socio-demografia e Habitação. *Câmara Muncial de Águeda*, 1–66.

Hoz, A. (1985). *Investigacion Educativa: Dicionário Ciências da Educação* (Madrid: & S. A. Ediciones Anaya, Eds.).

Kovács, I., Casaca, S., Ferreira, J. & Sousa, T. (2006). Flexibilidade e crise de emprego: tendências e controvérsias. *Lisboa, SOCIUS.*

Laville, J.L., Cottani, A. D. (2003). No Title. *Dictionnaire de L´autre Economie, Paris, Desclée de Brouwer*.

Litvin, Stephen W.; KAR, G. H. (2001). E-surveying for tourism research: Legitimate tool or a researcher's fantasy? *Journal of Travel Research, Boulder, v. 39*, n.*3*, 308-314.

Local, C. (2013). *Plano de desenvolvimento social 2013-2015*.

Meirinhos, M. (2010). *Educação O estudo de caso como estratégia de investigação em educação The case study as research strategy in education*. *2*(2), 49–65.

Mendes, A. M. S. C. (2018). *CNIS Importância Económica e Social*.

Ministério da Saúde. (2003). *Decreto-Lei n.º 60/2003 de 1 de Abril*.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2019). Carta Social - Rede de serviços e equipamentos 2018. In *Gabinete de Estratégia e Planeamento*.

Nicolau, I. (2008). *O impacto da Responsabilidade Social das Empresas na Economia Social*.

Perret, N., Vinha, F., Teixeira, A. & Junqueira, L. (n.d.). No Title. *Gestão de Parcerias e Redes Sociais: Em Busca Da Gestão Social Eficaz.*

Primeiro, O., & Minis-, P. P. C. O. (2013). *Presidência da República, Decreto Lei nº58/2013*. 2727–2728.

Quintão, C. (2004). Terceiro Sector - Elementos para Referenciação Teórica e Conceptual. *V Congresso Português de Sociologia*, (1979), 11.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 2ª ed. *Manual de Investigação Em Ciências Sociais. 2ª Ed. Lisboa:Grandiva*.

Rea, L. M. & Parker, R. A. (2000). *Metodologia da pesquisa*.

Reis, M. H. G. (2003). A economia social face às questões do emprego: A função reguladora do terceiro sector no domínio da política económica e social. *Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.*

Rodríguez, G. G., Flores, J. G., & Jiménez, E. G. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa.* (Málaga: Ed).

Soares, C., Fialho, A., Chau, F., Gageiro, J., & Pestana, H. (2011). *A Economia Social como fator de Inclusão Social*.

Stake, R. E. (1999). Investigación con estudio de casos. *Madrid: Morata*.

The WHOQOL Group. (1995). The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Pubmed*, *41*(10), 1403–1409.

Ventura, M. M. (2007). *O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa The Case Study as a Research Mode*. *20*(5), 383–386.

Vieira, S., Parente, C., Claudius, A., & Barbosa, Q. (2017). “Terceiro setor”, “economia

social" e "economia solidária": laboratório por excelência de inovação social. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, *tem*(tem1), 100–121. https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2017a5

Yin, R. (1993). Applications of case study research. *Beverly Hills, CA: Sage Publishing*.

Yin, R. (2005). Estudo de Caso. Planejamento e Métodos. . . *Porto Alegre: Bookman*.

ANEXO A

De: beatriz.saraiva.1995@gmail.com

Para: heliagavino@hotmail.com

Assunto: Autorização /Direitos de autor

Data: terça-feira, 16 de fevereiro 2021, 11:39h

Drª Hélia Gavino,

No seguimento do desenvolvimento da minha tese de mestrado em gestão e Economia em Saúde, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tendo como tema da investigação " As instituições de Economia Social do concelho de Águeda: estudo de caso", venho por este meio solicitar a sua autorização, para utilizar o questionário da sua tese de investigação em Gestão de Organizações de Economia Social do ano de 2014, para desenvolver a minha recolha de dados.

Certa da melhor atenção.

Beatriz Saraiva,
Gerontóloga

De: heliagavino@hotmail.com

Para: beatriz.saraiva.1995@gmail.com

Assunto: Autorização /Direitos de autor

Data: terça-feira, 16 de fevereiro 2021, 11:43h

Bom dia,
Dou a minha autorização para utilizar o questionário da minha tese.

Bom trabalho.

Cumprimentos
Hélia Gavino

ANEXO B

As Instituições da Economia Social

O presente questionário, realizado no âmbito do mestrado de Gestão e Economia em Saúde e ministrado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tem como objetivo evidenciar o papel e a importância das instituições da Economia Social no combate às adversidades e dificuldades atuais das populações, consideradas um meio de satisfação de necessidades básicas e de bem-estar, educação, coesão social e parceiras, criação de emprego e inovação para a melhoria da qualidade de vida das populações, através de um estudo de caso no concelho de Águeda.

Os dados recolhidos serão tratados de forma global, garantindo-se a confidencialidade das suas respostas.

1 - CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE DO INQUÉRITO

1.1 Cargo/função na instituição

Diretor(a) da Instituição

Coordenador(a)

Psicólogo(a)

Assistente Social

Outro Qual? _____

1.2 Tempo de permanência na organização

Inferior a 5 anos

Entre 5 e 10 anos

Entre 11 e 15 anos

Superior a 15 anos

2 - CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

2.1. Nome da organização: _____

2.2. Indique a freguesia onde está localizada a organização

_____

2.3. Anos de existência da instituição

Inferior a 10 anos

Entre 10 e 20 anos

Entre 21 e 30 anos

Entre 31 e 40 anos

Entre 41 e 50 anos

Superior a 50 anos

2.4. Indique qual a natureza jurídica da organização

Associação

Cooperativa

Fundação

Irmandade da Misericórdia

Mutualidade

2.5. Indique o fim estatutário da organização, ou seja, os interesses para a qual se constituí e foi reconhecida? (Assinale tantos quanto necessários)

Apoio à Terceira Idade

Apoio à Infância e Juventude

Apoio Social e Comunitário

Apoio ao cidadão portador de deficiência

Apoio Social e Caritativo

Promoção e Prestação de Cuidados de Saúde

Promoção do Desenvolvimento Local e Regional

Outra: Qual? _____

2.6 Indique qual ou quais as valências e/ou atividades oferece e qual o valor aproximado do número de beneficiários/utentes, a capacidade da organização e quantos se encontram em lista de espera.

2.7. A organização tem alguns projetos para o futuro?

Não

Sim

Se indicou sim. Qual(/quais)?_____

3 – ESTRURA ORGANIZATIVA

3.1. A organização está envolvida em parcerias institucionais de âmbito local e/ou distrital e/ou regional?

Não (se respondeu não passe à pergunta 4.1)

Sim

3.2. Indique qual (/quais) a(s) entidade(s) com as quais mantêm uma cooperação mais estreita.

Outras organizações idênticas

Empresas

Autarquias

Outros serviços locais/regionais dos organismos do Estado

Associações locais Organismos representativos de utentes/beneficiários

Outras parcerias: Qual (/quais):_____

4 – COMPONENTE ECONÓMICA

4.1. Indique qual/quais a(s) diferente(s) fontes de financiamento, para o normal e regular funcionamento da organização que representa.

Quotas dos Associados

Receitas Próprias

Acordos de Cooperação

Donativos

Autarquias

Financiamento através de Programas Europeus e/ou Nacionais

Utentes

Outras fontes de financiamento

Qual(/quais): _____

5 – ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

5.1. Indique qual o número de trabalhadores remunerados da organização, de acordo com o vínculo de trabalho.

Nº trabalhadores Tempo inteiro

Nº trabalhadores Tempo parcial

Nº trabalhadores Contrato sem termo

Nº trabalhadores Contratados a termo

Outros Regimes

5.2. Indique qual o número de trabalhadores remunerados por grupos etários.

Menos de 30 anos

30-44 anos

45- 54 anos

55-64 anos

Mais de 60 anos

5.3. Refira qual o número de trabalhadores remunerados por nível de Habilitações.

Inferior ao 1º ciclo do Ensino básico

1º ciclo do Ensino básico (4º ano)

2º ciclo do Ensino básico (6º ano)

3º ciclo do Ensino básico (9º ano)

Ensino Secundário (12º ano) e cursos de Escolas Profissionais

Ensino Superior

5.4. A organização tem trabalhadores voluntários.

Não (Passe à questão 6.1)

Sim

5.5. Quantos voluntários, por grupo etário, que desenvolvem atividades na organização?

Menos de 30 anos

30-44 anos

45-54 anos

55-65 anos

Mais de 65 anos

5.6. Quanto tempo em média por semana se dedicam os voluntários do seu trabalho à Organização?

< 5h

5h-9h

10h-14h

15h-19h

20h-24h

+ 25h

5.8. Quais as atividades desenvolvidas pelos voluntários na organização?

Atividades ligadas a direção da organização

Atividades administrativas

Atividades técnicas

Atividades de apoio social

5.9. Qual a importância do trabalho voluntário para a sua organização e para os próprios voluntários? (Assinale todas as opções com um X)

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Complementa a ação dos profissionais remunerados				
Substitui os profissionais remunerados				
É urna vantagem porque envolve poucos encargos				
Constitui urna valorização para a organização, já que conta com a sua experiência				

Apesar de não ser remunerado é um trabalho que dá prestígio e estatuto social ao próprio voluntário				
É urna forma para aceder a futuros postos de trabalho				
Constitui uma via de inserção social				
Permite obter prática profissional e melhorar o currículo				

6 – ELEMENTOS ASSOCIADOS AO EMPREGO

6.1 Tendo como base de referência o nível de qualificação, refira qual das seguintes situações é utilizada na sua organização, quanto à remuneração dos colaboradores? (Assinale a opção com um X)

Os vencimentos são fixados em função do seu equivalente na função pública.

Os vencimentos situam-se abaixo do seu equivalente na função pública.

Os vencimentos seguem os níveis praticados no mercado.

Os vencimentos situam-se abaixo dos níveis praticados no mercado.

Outra situação, Qual? _____

6.2. Refira qual o modo de gestão dos horários de trabalho na organização? (Assinale todas as opções com um X)

	Para todos os trabalhadores	Para muitos dos trabalhadores	Para alguns dos trabalhadores	Para nenhuns dos trabalhadores
Os horários de trabalho são flexíveis				
Existe a possibilidade de o trabalho na organização acontecer ao fim de semana				
Existe a possibilidade de o trabalho na				

organização acontecer durante o período de férias				
Existe a possibilidade de o trabalho exigir a deslocação à noite à organização				
Os horários de trabalho são fixos				

6.3. Relacionadas com o emprego e a organização do trabalho, quais das seguintes ações considera ser necessário implementar na sua organização, para que esta assegure os fins a que se propõe? (Assinale todas as opções com um X)

	Muito necessário	Necessário	Pouco necessário	Nada necessário	Já implementado
Facilitar a progressão na carreira					
Apostar na valorização profissional					
Melhorar níveis remuneratórios					
Contratar trabalhadores com maior habilitação					
Contratar trabalhadores com maior qualificação					
Promover uma maior extensão das funções exercidas pelo trabalhador					
Possibilitar a admissão de voluntários na organização					

Aumentar as participações nas decisões					
Outras: Quais?					

6.4. Como classifica a importância da atuação da sua organização no domínio do emprego?

(Assinale todas as opções com um X)

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Tem a capacidade de criar emprego em áreas de atuação inovadoras				
Permite a criação de emprego estável				
Contribui para a diminuição do desemprego na zona de abrangência				
Tem a capacidade de criar novas formas de trabalho, não remunerado				
Permite oportunidades de emprego				
Contribui para empregar pessoas com menos qualificação				

6.4. Como classifica a importância da atuação da sua organização no domínio do emprego?

(Assinale todas as opções com um X)

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Tem a capacidade de criar emprego em áreas de atuação inovadoras				
Permite a criação de emprego estável				
Contribui para a diminuição do desemprego na zona de abrangência				

Tem a capacidade de criar novas formas de trabalho, não remunerado				
Permite oportunidades de emprego				
Contribui para empregar pessoas com menos qualificação				

Anexo C

Modelo de ofício enviado via e-mail às IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social para colaboração no estudo

De: redesocial@cm-agueda.pt
Para:

Assunto: Participação no estudo "As Instituições da Economia Social"

Data: Quarta, 26 maio 2021, 14:48

Caros Parceiros,

A pedido de uma aluna de Mestrado que se encontra a estudar o papel e a importância das instituições na Economia Social do n/ concelho, somos a reencaminhar o presente e-mail, apelando para a V. contribuição no estudo, necessitando somente de preencher o questionário do Google Forms abaixo, clicando no Link.

Convidei-o a preencher um formulário:

As Instituições da Economia Social

O presente questionário, realizado no âmbito do mestrado de Gestão e Economia em Saúde e ministrado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tem como objetivo evidenciar o papel e a importância das instituições da Economia Social no combate as adversidades e dificuldades atuais das populações, consideradas um meio de satisfação de necessidades básicas e de bem-estar, educação, coesão social e parceiras, criação de emprego e inovação para a melhoria da qualidade de vida das populações, através de um estudo de caso no concelho de Águeda. Os dados recolhidos serão tratados de forma global, garantindo-se a confidencialidade das suas respostas.

PREENCHA O FORMULÁRIO

Criar o seu próprio Formulário do Google

REDE SOCIAL ÁGUEDA